



REPÚBLICA
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO



Projeto Educativo

Agrupamento de Escolas de Vale do Tâmega

- Documento elaborado pelo Conselho Pedagógico e aprovado, na sua versão final, em 11/07/2018
- Documento aprovado na generalidade, pelo Conselho Geral, em 23/07/2018

(Decreto-lei nº75 de 22 de abril de 2008 e alterado pelo Decreto-lei nº 137 de 2 de julho de 2012)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
1. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	5
1.1. ANÁLISE EXTERNA.....	5
1.1.1. <i>Caraterização do meio envolvente</i>	5
1.1.2. <i>Dinâmica demográfica</i>	6
1.1.3. <i>Caraterização socioeconómica</i>	7
1.2. ANÁLISE INTERNA.....	7
1.2.1. <i>Identidade</i>	7
1.2.2. <i>Recursos humanos</i>	8
1.2.3. <i>Recursos materiais e equipamentos</i>	9
1.2.4. <i>Recursos financeiros</i>	10
1.2.5. <i>Funcionamento global do Agrupamento</i>	11
1.2.5.1. <i>Conselho Geral</i>	12
1.2.5.2. <i>Diretor</i>	12
1.2.5.3. <i>Conselho Pedagógico</i>	12
1.2.5.4. <i>Conselho Administrativo</i>	12
1.2.5.5. <i>Departamentos Curriculares</i>	13
1.2.5.6. <i>Serviços Administrativos e de apoio administrativo</i>	14
1.2.5.7. <i>Apoio Educativo</i>	14
1.2.5.8. <i>Educação Especial</i>	15
1.2.5.9. <i>Equipa Multidisciplinar</i>	15
1.2.5.9.1. <i>Serviço de psicologia e orientação (SPO)</i>	15
1.2.5.9.2. <i>Gabinete de Prevenção e Disciplina (GPD)</i>	16
1.2.5.9.3. <i>Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA)</i>	16
1.2.5.10. <i>Bibliotecas Escolares e Centro de Recursos Educativos (BE/CRE)</i>	16
1.2.6. <i>População Escolar</i>	17
1.2.7. <i>Resultados dos alunos</i>	19
1.2.7.1. <i>Dados da avaliação interna</i>	19
1.2.7.2. <i>Dados da avaliação externa</i>	19
1.2.7.3. <i>Abandono escolar</i>	23
1.2.7.4. <i>Taxas de transição e conclusão</i>	24
<i>Taxas de Transição interligadas com as transições com sucesso perfeito e imperfeito (Ensino Básico)</i>	26
<i>Taxas de Transição interligadas com as transições com sucesso perfeito e imperfeito (Ensino Secundário)</i>	27
1.3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	27
1.4. ANÁLISE SWOT.....	28
2. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E OFERTA EDUCATIVA	30
2.1. CONTRATO DE AUTONOMIA.....	30
2.2. PROCESSO DE COMUNICAÇÃO.....	30
2.3. CRITÉRIOS PEDAGÓGICOS DE CONSTITUIÇÃO DE TURMAS.....	31
2.3.1. <i>Educação Pré-Escolar</i>	31
2.3.2. <i>1º Ciclo do Ensino Básico</i>	32
2.3.3. <i>Segundo e Terceiros Ciclos</i>	32
2.3.4. <i>Ensino Secundário</i>	32
2.4. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	33
2.5. PROJETOS.....	36
2.6. ORGANIZAÇÃO DOS HORÁRIOS DOS ALUNOS.....	41
2.6.1. <i>Organização dos horários das crianças do Pré-Escolar</i>	42

2.6.2.	<i>Organização dos horários dos alunos do 1º Ciclo</i>	42
2.6.3.	<i>2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário</i>	42
2.7.	DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DOCENTE	43
2.8.	ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO DO CURRÍCULO	43
2.8.1.	<i>Educação Pré-Escolar - Atividades de Animação e de Apoio à Família</i>	44
2.8.2.	<i>1º Ciclo- Atividades de Enriquecimento Curricular/Componente de Apoio à Família</i>	45
2.8.2.1.	<i>Atividades de Enriquecimento Curricular</i>	45
2.8.2.2.	<i>Componente de Apoio à Família</i>	45
3.	PLANEAMENTO ESTRATÉGICO	46
3.1.	MISSÃO	46
3.2.	PRINCÍPIOS E VISÃO	46
3.3.	VALORES E ÁREAS DE COMPETÊNCIAS	47
▪	RESPONSABILIDADE E INTEGRIDADE	47
▪	CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO	47
▪	LIBERDADE	47
3.4.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	48
3.4.1.	<i>Melhorar os Resultados</i>	48
3.4.2.	<i>Melhorar a Prestação de Serviço Educativo</i>	49
3.4.3.	<i>Desenvolvimento de estratégias eficazes de Gestão e Liderança</i>	49
4.	OBJETIVOS E METAS	50
4.1.	DOMÍNIO: RESULTADOS	50
4.1.1.	<i>Resultados académicos</i>	50
4.1.2.	<i>Resultados sociais</i>	50
4.1.3.	<i>Reconhecimento da comunidade</i>	51
4.2.	DOMÍNIO: PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO	51
4.2.1.	<i>Planeamento e articulação</i>	51
4.2.2.	<i>Práticas de ensino e de aprendizagem</i>	52
4.2.3.	<i>Monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens</i>	52
4.3.	DOMÍNIO: LIDERANÇA E GESTÃO	52
4.3.1.	<i>Liderança</i>	52
4.3.2.	<i>Gestão</i>	53
4.3.3.	<i>Autoavaliação e melhoria</i>	53
5.	PROTOCOLOS E PARCERIAS	54
6.	MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	54
7.	ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	56
8.	BIBLIOGRAFIA	57

INTRODUÇÃO

A Lei de Bases do Sistema Educativo, no seu artigo 43.º, consagra os princípios da democraticidade, da participação e da descentralização, só possíveis de operacionalizar com o projeto educativo de Agrupamento. Este nasce à luz, da *“conjugação da evolução da investigação na área da sociologia da educação e da gestão empresarial, com as correntes pedagógicas que se reclamam do trabalho de projeto”* (Canário, 1992). O Projeto Educativo é, deste modo, um dos instrumentos do exercício da autonomia dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, no qual se *«consagra a orientação educativa (...) laborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais (...) se propõe cumprir a sua função educativa»* (Alínea a) ponto 1 do Artigo 9º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril na sua redação atual.

Na senda do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, Decreto-lei nº 75/2018 de 22 de abril, na redação que lhe é conferida pelo Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 de julho, trouxe para a agenda educativa a escola de projeto e novos patamares de autonomia. Barroso (1996) refere que *“a descentralização pode ser decretada, mas a autonomia da escola constrói-se em grande parte, no local e com base na inovação organizacional”*. O projeto educativo deve constituir-se um fator de realização da autonomia com impressão digital, isto é, afirmar-se *“como expressão da unidade social que é a escola e não pré-existe à ação dos indivíduos”*, considerando-se sempre que a autonomia *“é um conceito construído social e politicamente, pela interação dos diferentes atores organizacionais”* (idem). Torna-se assim, uma referência estratégica para a orientação da ação e um documento em (re)construção permanente em função de novas estratégias emergentes.

A elaboração do presente Projeto Educativo parte de uma reflexão e avaliação de anteriores documentos e da clarificação do novo plano de ação, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino.

Este documento constitui-se como um instrumento institucional da organização e gestão de médio e longo prazo, e, por conseguinte, incluirá o diagnóstico interno e externo da situação do Agrupamento, expressará as decisões estratégicas coletivamente assumidas, sistematizará os fins e objetivos estratégicos da nossa instituição, assegurando-lhe um caráter agregador das suas dinâmicas consubstanciadas no Plano Anual de Atividades e reguladas no Regulamento Interno.

1. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

1.1. Análise externa

1.1.1. Caracterização do meio envolvente

Barcelos é um território extenso, com uma paisagem marcada onde coexistem espaços rurais e naturais com uma urbanização e industrialização difusa. Há igualmente particularidades que decorrem da localização numa zona de transição entre o litoral e o interior (CMB, 2011).

O Agrupamento de Escolas Vale do Tamel (doravante designado por AEVT) localiza-se na região Norte do concelho de Barcelos, distrito de Braga e serve a população das freguesias de Aborim, Carapeços, Cossourado, Lijó, Panque, Roriz, Silva, Tamel S. Veríssimo, União de Freguesias



Mapa 1 – Localização do AEVT no concelho de Barcelos

de Alheira e Igreja Nova, União de Freguesias de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto, União das Freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins), União das Freguesias de Quintiães e Aguiar e União das Freguesias de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte. Estende-se por uma área de cerca de 78,43 km², 20,7% da área total do concelho de Barcelos.

O AEVT é rodeado por uma paisagem tipicamente rural e natural não obstante a coexistência de pequenas zonas urbanizadas e aglomerados industriais. Apesar de geograficamente disperso, a ligação entre as diferentes unidades educativas que compõem o agrupamento é facilitada pelas condições dos eixos rodoviários do concelho.

A nível cultural, desportivo e educativo, a população servida pelo AEVT, encontra nas freguesias pertencentes ao agrupamento e na cidade sede de concelho, um variado leque de oferta.

A oferta cultural centra-se nas associações das freguesias, geradoras de dinâmicas locais ligadas ao desporto e à cultura. A nível cultural existem grupos folclóricos etnográficos, grupos corais e grupos de teatro.

A oferta desportiva centra-se na natação, basquetebol, ténis, atletismo, hóquei em patins, judo e karaté, dança, ciclismo e futebol. Para a prática desportiva do futebol são várias as possibilidades já que quase todas as freguesias do AEVT têm um clube e associações que dinamizam grupos de treino.

No que diz respeito a infraestruturas desportivas, quase todas as freguesias possuem campo de futebol, existindo ainda os pavilhões gimnodesportivos da escola sede e o da União das Freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins).

No que toca à oferta social na sede de concelho bem como em algumas freguesias existem centros sociais/Instituições Particulares de Solidariedade Social com resposta ao nível de creches, centros de dia e lar de idosos. A área geográfica do AEVT está coberta por quatro creches (Centro de Bem Estar Social de Alheira, Casa do Povo de Alvito S. Pedro, Centro Social de Cultura e Recreio da Silva e Centro de Solidariedade Social de S. Veríssimo), quatro centros de atividades de tempos livres (Centro de Bem Estar Social de Alheira, Casa do Povo de Alvito S. Pedro, Centro Social de Cultura e Recreio da Silva e Centro Social de Aguiar – Barcelos), três centros de dia e lares de idosos (Centro de Bem Estar Social de Alheira, Casa do Povo de Alvito S. Pedro, Centro Social de Cultura e Recreio da Silva) e por serviço domiciliário de apoio a idosos (Centro Social e Paroquial de Aguiar, Centro de Bem Estar Social de Alheira, Centro Social de Cultura e Recreio da Silva, Casa do Povo de Alvito S. Pedro e APACI – Associação de Pais e Amigos das Crianças Inadaptadas).

Na cidade sede de concelho estão estabelecidos o Museu de Olaria de Barcelos e o Museu Arqueológico de Barcelos / Paço dos Condes de Barcelos. A Biblioteca Municipal de Barcelos, o Teatro Gil Vicente, a Galeria Municipal de Arte e a Sala de Exposições da Biblioteca Municipal de Barcelos são alguns dos espaços culturais à disposição.

1.1.2. Dinâmica demográfica

A população residente nas freguesias cuja resposta educativa é no Agrupamento era à data do último censo (2011) de 20.044 habitantes, cerca de 16,6% da população do concelho de Barcelos. Acompanhando a evolução da população no concelho de Barcelos, o número de habitantes por km², assume valores estáveis na última década, podendo-se inferir que o mesmo padrão se aplica à população residente na área educativa do agrupamento.

A atual conjuntura económica e as dificuldades financeiras das famílias têm implicado um aumento dos fluxos migratórios, verificando-se a migração de famílias completas cujos descendentes frequentam o Agrupamento ou a existência de famílias em que pelo menos um dos elementos do agregado familiar se encontra a trabalhar no estrangeiro.

1.1.3. Caracterização socioeconómica

Remetendo aos dados recolhidos nos Censos 2011, a atividade setorial da população ativa do concelho de Barcelos assumia valores elevados na indústria transformadora, construção, comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos, agricultura, caça e silvicultura. A agricultura é uma atividade de referência obrigatória no concelho apontado como o maior produtor de leite nacional e verificando-se a existência de um grande número de explorações agrícolas. (CMB, 2011)

A zona Norte do concelho é uma zona marcadamente agrícola onde se concentram vários produtores de leite. A indústria transformadora marca a sua presença nos pequenos aglomerados industriais sendo a atividade têxtil a que tem uma presença mais marcante. É também relevante a existência de artífices.

De entre os pais e encarregados de educação, as atividades que assumem uma expressão estatística mais significativa integram as categorias de Operadores de Máquinas (30%), Operários, Artífices e Trabalhadores Similares das Indústrias (13%) e Construção civil (13%).

1.2. Análise interna

1.2.1. Identidade

Para Cucho (2003), quando se fala em identidade da escola faz-se referência a características que especificam essa entidade organizacional e lhe dão identidade, em permanente elaboração, num contexto social de interação de indivíduos e grupos, implicando reconhecimento recíproco. Segundo o autor, a identidade da organização escolar vai sendo construída no meio de que ela faz parte, com todos os segmentos que a compõem, levando-se em conta necessidades, crenças e valores, afirmando-se na articulação com as outras instituições.

O AEVT procura a sua identidade nas raízes, características e tradições do meio que o envolve e nas crenças e perceções de uma comunidade que procura nos seus serviços uma resposta educativa ajustada às suas necessidades.

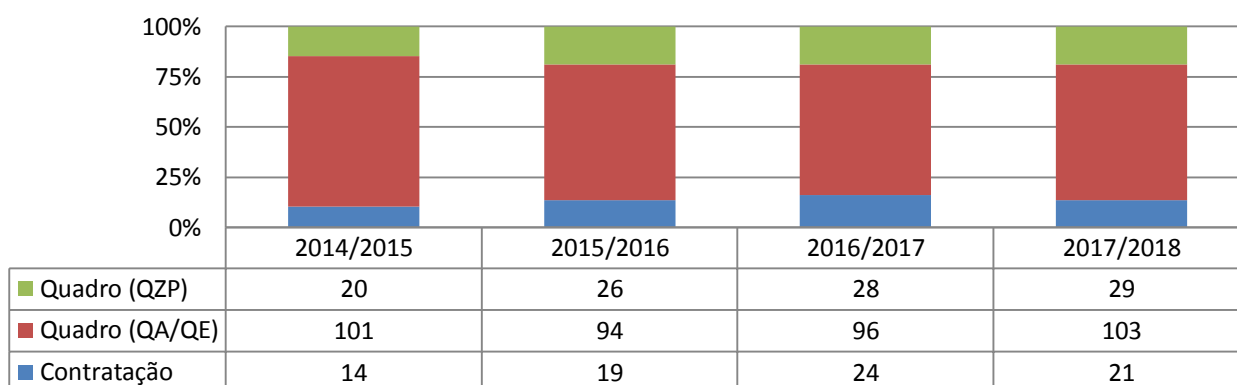
Norteadas por valores e princípios consagrados neste projeto, o AEVT assume uma missão marcada por práticas inclusivas e integradoras, de abertura e participação ativa de toda a comunidade educativa, com uma cultura de rigor e exigência instituída e apropriada pelos seus membros.

Ao longo da sua existência, o agrupamento, através de uma cultura de responsabilização dos seus elementos, geradora de um ensino de qualidade, afirma-se, face à comunidade, como detentor de um projeto que evidencia uma identidade própria e o reconhecimento social.

1.2.2. Recursos humanos

Ao longo dos últimos anos, temos assistido a uma maior estabilidade no corpo docente. A maioria dos docentes é do quadro de nomeação definitiva, sendo que só um reduzido número não tem a sua continuidade assegurada no AEVT. Considerando ainda um cenário de vínculo plurianual, ficam criadas condições de um trabalho mais estável, potenciando uma planificação estratégica a longo prazo e o desenvolvimento de um projeto sólido e contínuo.

Recursos Humanos Docentes - Vínculo ao Ministério da Educação

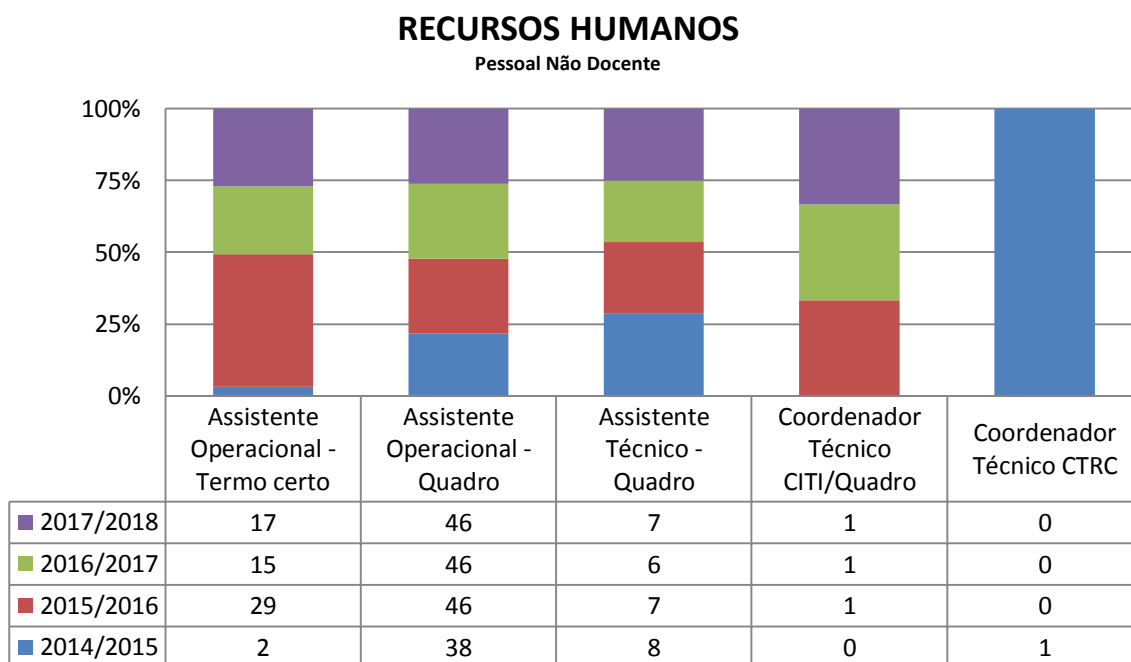


A assiduidade dos professores tem níveis bastante satisfatórios. Contribui para este facto, em certo sentido, a preocupação dos responsáveis na elaboração de horários com um equilíbrio na distribuição dos tempos letivos e a possibilidade de trocar tempos letivos com os demais professores do conselho de turma ou grupo de recrutamento. Os níveis de assiduidade garantem ainda a possibilidade da escola gerir a ausência dos professores prevendo uma ocupação dos alunos nos espaços disponibilizados na escola.

Ao nível do pessoal não docente, na escola sede, está assegurado um rácio pouco satisfatório sendo que o défice de assistentes operacionais dificulta a execução dos níveis de eficácia pretendidos. Este contexto é atenuado pelo facto de se tratar de um grupo de funcionários que têm alguns anos de experiência na escola.

No que respeita ao pré-escolar e, sobretudo, ao nível do 1º ciclo, são evidentes as dificuldades em assegurar um quadro de pessoal estável e em número suficiente. Para colmatar este problema têm-se desenvolvido esforços de diálogo e colaboração com as associações de pais e Câmara Municipal.

A qualidade do trabalho desenvolvido está traduzida na avaliação realizada no âmbito do SIADAP.



1.2.3. Recursos materiais e equipamentos

Assegurando a prática pedagógica numa área ampla e de relativa dispersão dos diferentes estabelecimentos de ensino em relação à escola sede (a Sul do AEVT), os 16 estabelecimentos (6 JI's; 3 EB1's; 6 EB1/JI's e 1 EBS – escola sede) respondem às exigências da comunidade em que se inserem.

A dispersão das escolas e os constrangimentos que daí advêm são colmatados pela deslocação com relativa periodicidade às unidades educativas pelos elementos da direção e pela continuidade no reforço dos sistemas de comunicação não presencial (correio eletrónico, página da internet do AEVT e mais recentemente a implementação da comunicação através da plataforma Office365).

A participação nos órgãos de gestão foi reforçada e promovida a disponibilidade para receber representantes locais, associações de pais locais e as juntas de freguesia.

O acompanhamento pedagógico de 5 níveis de ensino (pré-escolar, 1º, 2º, 3º ciclos e ensino secundário), constitui uma riqueza na medida em que torna possível uma efetiva articulação vertical nas passagens de cada nível de ensino, bem como uma diversificação da oferta formativa, potenciando todo o projeto pedagógico do Agrupamento para o desenvolvimento das competências do ensino básico e do ensino secundário.

De acordo com a carta educativa tem-se desenvolvido um trabalho de intervenção e recuperação das unidades educativas, verificando-se um nivelamento positivo da qualidade, diversidade e segurança dos estabelecimentos de ensino que estão sob a tutela camarária.

No contexto da ocupação plena dos alunos e de apoio às famílias, foram criadas condições físicas que permitem assegurar as refeições aos alunos, bem como uma diversificação dos espaços pedagógicos, com correspondente apetrechamento de material, nomeadamente ao nível das bibliotecas escolares, dos espaços para o desenvolvimento da atividade física e da ligação de todas as escolas básicas a uma rede de internet de banda larga. Acresce o facto de que a partir da escola sede é gerido um centro de recursos educativos que serve todos os estabelecimentos de ensino.

A Escola Básica e Secundária Vale do Tamel, onde funciona a sede do AEVT, tem dois edifícios - um destinado à educação pré-escolar e 1º ciclo e outro destinado aos restantes ciclos e ensino secundário.

Todas as salas de aula, laboratórios, salas de seminário, de trabalho, informática, biblioteca, sala de professores, sala de convívio dos alunos, cantina e espaços administrativos têm luz direta. Os laboratórios e o ginnodesportivo estão bem apetrechados.

Respondendo às exigências do desenvolvimento curricular dos alunos e da gestão do Agrupamento, a escola sede tem equipamentos diversos que apoiam a atividade docente e os próprios alunos. O esforço de gestão tem-se traduzido ainda na aquisição de novos equipamentos (como o aquecimento instalado), sistemas informáticos (rede sem fios e rede fixa nas salas de aula) ou a aquisição de projetores multimédia e quadros interativos, uma biblioteca bem equipada (integrada na rede de bibliotecas escolares), recursos didáticos diversificados e melhoramento dos espaços de atendimento e convívio dos alunos. O espaço envolvente é alvo de cuidados de manutenção nomeadamente os jardins e a pintura exterior do edifício.

1.2.4. Recursos financeiros

A gestão rigorosa e equilibrada dos recursos financeiros é um dos eixos da atividade do AEVT, encontrando-se o Agrupamento com todos os processos regularizados neste campo.

As linhas orientadoras para a elaboração do orçamento do Agrupamento têm sido aprovadas pelo Conselho Geral. Na definição das mesmas linhas orientadoras são tidos em consideração alguns princípios basilares tais como: Criação de condições facilitadoras da formação integral do aluno e do seu sucesso; Melhoria gradual das condições de trabalho de todos os elementos da comunidade escolar; Criação de condições que visem reforçar a Escola como Instituição com identidade própria, interveniente e aceite de pleno direito junto da comunidade social.

A escola sede do Agrupamento, no que respeita a alunos do 2º e 3º ciclos e ensino secundário, obtém os seus recursos financeiros nas verbas do orçamento de estado e com os recursos provenientes de receitas próprias da Escola.

A captação de utilizadores do pavilhão gimnodesportivo, fruto de uma interação com a comunidade, juntamente com um bom acolhimento e acompanhamento dos grupos, proporciona ao AEVT recursos próprios significativos, com um peso na ordem dos 20% no valor das receitas, segundo a conta de gerência de 2016, todos eles canalizados em benefício dos alunos.

Na educação pré-escolar e no 1º ciclo, os recursos advêm da Câmara Municipal de Barcelos. No sentido de agilizar procedimentos e numa lógica de proximidade, o AEVT estabeleceu protocolos com as Juntas de Freguesia onde funcionam os jardim-de-infância e as escolas de 1º ciclo, que preveem a gestão das verbas entre as autarquias e a escolas dotando-as, em tempo útil, dos recursos necessários ao seu normal funcionamento.

1.2.5. Funcionamento global do Agrupamento

A autonomia, a administração e a gestão dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas orientam-se pelos princípios da igualdade, da participação e da transparência. (Decreto-Lei 137/2012, Art. 3.º)

No respeito pelos princípios e objetivos enunciados e das regras estabelecidas no decreto-lei citado, admite-se a diversidade de soluções organizativas a adotar pelos agrupamentos de escolas e pelas escolas não agrupadas no exercício da sua autonomia organizacional, em particular no que concerne à organização pedagógica. (Decreto-Lei 137/2012, art. 4.º, n.º 2).

A administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas são asseguradas por órgãos próprios, aos quais cabe cumprir e fazer cumprir os princípios e objetivos referidos nos artigos 3.º e 4.º do decreto-lei 137/2012.

O conselho geral, o diretor, o conselho pedagógico e o conselho administrativo são órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

1.2.5.1. Conselho Geral

O conselho geral é o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade do Agrupamento, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo. Na composição do conselho geral salvaguarda-se a participação de representantes do pessoal docente (em número inferior a 50% do total de elementos do conselho) e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local.

1.2.5.2. Diretor

O diretor é o órgão de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial. No cumprimento das suas funções, o diretor é coadjuvado, atualmente, por um subdiretor e três adjuntos.

1.2.5.3. Conselho Pedagógico

O conselho pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa do agrupamento, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente. A composição do conselho pedagógico no AEVT contempla a participação do representante do serviço de psicologia, do coordenador das bibliotecas escolares, do coordenador dos Diretores de Turma e dos coordenadores dos sete departamentos curriculares.

1.2.5.4. Conselho Administrativo

O conselho administrativo (composto pelo diretor (que preside), por um adjunto e pelo chefe dos serviços administrativos) é o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nos termos da legislação em vigor.

Com vista ao desenvolvimento do projeto educativo, são fixadas as estruturas que integram o conselho pedagógico e colaboram com o diretor, no sentido de assegurar a coordenação, supervisão e

acompanhamento das atividades escolares, promover o trabalho colaborativo e realizar a avaliação de desempenho do pessoal docente.

1.2.5.5. Departamentos Curriculares

Os departamentos curriculares assumem um papel relevante na supervisão educativa assegurando a articulação e gestão curricular e a adequação de estratégias e meios de recuperação de entre as áreas disciplinares que os compõem. Atualmente o Regulamento Interno do AEVT prevê sete departamentos curriculares:

- Departamento da Educação Pré-escolar – integra as atividades e os docentes do ensino pré-escolar;
- Departamento do Primeiro ciclo – integra as atividades e os docentes do primeiro ciclo;
- Departamento de Expressões – integra as áreas disciplinares de educação musical, educação física, educação visual, educação tecnológica;
- Departamento de Matemática, Ciências e Tecnologias – integra as áreas disciplinares de matemática, ciências naturais, biologia e geologia, física e química e tecnologias da informação e comunicação;
- Departamento de Línguas - integra as áreas disciplinares de português, inglês e francês;
- Departamento de Ciências Humanas e Sociais – integra as áreas disciplinares de história, geografia, história e geografia de Portugal, filosofia, psicologia, ciências económicas e educação moral e religiosa católica;
- Departamento da Educação Especial – integra as atividades e os docentes da educação especial.

Em conformidade com os normativos legais (nomeadamente os despachos anuais de lançamento do ano letivo), a coordenação dos estabelecimentos de educação pré-escolar ou de escola do 1º ciclo integrada no AEVT pode ser assegurada por um coordenador. O coordenador cumpre e faz cumprir as decisões do diretor transmitindo as informações relativas ao pessoal docente, não docente e alunos e promove/incentiva a participação dos pais e encarregados de educação, dos interesses locais e da Autarquia nas atividades educativas.

Sob a dependência do diretor estão também em funcionamento serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos (compreendem as áreas de apoio socioeducativo, orientação vocacional e biblioteca).

1.2.5.6. Serviços Administrativos e de apoio administrativo

Os serviços administrativos (secretaria), coordenados pelo chefe dos serviços administrativos, representam uma das estruturas vocacionada para o apoio às atividades do Agrupamento. De um modo genérico, as suas funções abrangem gestão de pessoal e alunos, tesouraria, contabilidade, património, aprovisionamento, arquivo, expediente geral e ação social escolar.

Os serviços de ação social escolar (ASE), coordenados por um elemento da direção, assumem a responsabilidade de execução de medidas e de ações desenvolvidas no âmbito dos programas de apoio e enriquecimento educativos do Ministério da Educação, no sentido de atenuar as desigualdades no plano social e económico, tendo em vista o cumprimento da escolaridade obrigatória e o sucesso educativo dos alunos mais carenciados.

Os serviços de bufete, cantina, reprografia e papelaria, seguro escolar e leite escolar estão afetos à ASE. Os alunos mais carenciados contam com apoio ao nível das refeições, transportes, material e manuais escolares.

Na escola sede, a cantina é um refeitório escolar adjudicado a uma empresa de restauração coletiva. No âmbito dos estabelecimentos do pré-escolar e do 1º ciclo o serviço de refeições é concessionado pelo município a empresas de restauração, sendo o acompanhamento e vigilância da responsabilidade das entidades promotoras das atividades de apoio à família.

1.2.5.7. Apoio Educativo

O acompanhamento e a avaliação dos alunos são fundamentais para o seu sucesso, sendo importante implementar medidas que incrementem a igualdade de oportunidades, assentes em metodologias de diferenciação pedagógica e de estratégias que promovem um efetivo desenvolvimento de todos os alunos.

Apoio Educativo integra um conjunto de estratégias e atividades de apoio, de carácter pedagógico e didático, organizadas de forma integrada, para complemento e adequação do processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

As modalidades principais de apoio educativo que os alunos podem beneficiar são:

Apoios educativos no 1º ciclo do ensino básico e medidas de promoção do sucesso escolar na Escola Básica e Secundária Vale do Tamel (Apoio ao estudo, Medidas de reforço das aprendizagens, Apoio educativo, Tutorias, Clubes, entre outras).

1.2.5.8. Educação Especial

A Educação Especial no AEVT tem por objetivo dar respostas pedagógicas diversificadas, adequadas às necessidades específicas e ao desenvolvimento global dos jovens com necessidades educativas especiais (NEE), para que, independentemente da sua problemática, possam ter sucesso educativo.

Neste processo, são envolvidos os alunos, os professores, os pais e encarregados de educação, os técnicos especializados, o serviço de psicologia e orientação e outros organismos externos (Autarquia, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Associação de Pais e Amigos das Crianças Inadaptadas (APACI), Associação de Pais e Amigos de Crianças (APAC), entre outras) e restante comunidade escolar, de forma a articular respostas e a definir o encaminhamento adequado, em conformidade com a especificação e a necessidade de cada aluno, sempre no intuito de colmatar as fragilidades que interferem no seu rendimento escolar, assim como nas suas competências sociais/relacionais.

1.2.5.9. Equipa Multidisciplinar

A equipa multidisciplinar surge como uma estratégia de intervenção, destinada a acompanhar em permanência os alunos, designadamente aqueles que revelam maiores dificuldades em observar as regras comportamentais, risco de abandono escolar, comportamentos de risco, de infração dos deveres dos alunos ou se encontrem na iminência de ultrapassar os limites de faltas previstos. Paralelamente, esta equipa visa a promoção de formação em gestão comportamental e realização de mediação na comunidade educativa, designadamente pais e encarregados de educação. Compõe esta equipa o psicólogo, um representante dos professores de cada departamento curricular (com exceção dos departamentos do Pré-Escolar, 1ºCEB e Educação Especial) um representante dos diretores de turma, o coordenador do Programa de Educação para a Saúde e pelos professores tutores. Dentro da equipa multidisciplinar funcionam três equipas em estreita articulação entre si.

1.2.5.9.1. Serviço de psicologia e orientação (SPO)

O SPO é constituído por técnico(s) superior(es) inscrito(s) na Ordem de Psicólogos Portugueses, preferencialmente, especialista(s) em Psicologia da Educação. Desenvolve a sua ação nos estabelecimentos do Agrupamento. O âmbito de atuação das/os Psicólogas/os no contexto educativo é alargado, incluindo a avaliação psicológica e psicopedagógica; o acompanhamento psicológico e psicopedagógico com vista à promoção do desenvolvimento, do sucesso educativo e do bem-estar; a orientação de carreira; a consultadoria colaborativa; a prevenção e a promoção da Saúde Psicológica Escolar; e um trabalho conjunto

com os órgãos de gestão e administração das escolas na concepção e desenvolvimento das políticas, projetos e ações educativas.

1.2.5.9.2. Gabinete de Prevenção e Disciplina (GPD)

Com a finalidade de prevenir situações de indisciplina, o gabinete de prevenção e disciplina, integrado na equipa multidisciplinar, pretende acompanhar os alunos, precavendo condutas conflituosas integradas num quadro de indisciplina, impeditivas do melhor funcionamento das aulas e, por consequência, dos melhores resultados académicos, promovendo uma cultura de rigor e de excelência.

1.2.5.9.3. Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA)

O GAA foi criado no âmbito da Lei nº 60/2009 de 6 de Agosto, a qual define o dever de cada agrupamento disponibilizar aos alunos um gabinete de informação e apoio no âmbito da educação para a saúde e educação sexual, gerido por uma equipa interdisciplinar articulando a sua atividade com as respetivas unidades de saúde da comunidade local e outros organismos do Estado, nomeadamente o Instituto Português da Juventude.

1.2.5.10. Bibliotecas Escolares e Centro de Recursos Educativos (BE/CRE)

As BE/CRE do Agrupamento são uma estrutura que gerem recursos educativos diretamente ligados às atividades curriculares, extracurriculares e à ocupação dos tempos livres. Como centro de informação das escolas, providenciam acesso a um conjunto de fontes variadas, quer impressas quer em formato eletrónico, e uma oportunidade de aquisição de competências de literacia da informação e de integração de atividades de aprendizagens interdisciplinares que apoiam o currículo.

As BE/CRE constituem um espaço integrador de toda a comunidade educativa, assumindo-se como um espaço de conhecimento e aprendizagem, afirmando o seu papel informacional, transformativo, formativo e cultural.

As principais funções/objetivos das BE/CRE são, pois, formar cidadãos esclarecidos, interventivos, autónomos; garantir que todos se tornem utilizadores críticos, responsáveis e eficientes da informação e das ideias; assegurar a realização de ações no domínio da leitura, incentivando-a como experiência social e individual e promovendo o desenvolvimento de competências nos domínios da leitura/escrita; assegurar a promoção de atividades de animação cultural; usar e valorizar as novas tecnologias disponíveis; promover uma cultura de Agrupamento baseada nas práticas de inclusão e de trabalho colaborativo, em prol de uma escola para todos, aberta à inovação e à mudança; trabalhar com toda a comunidade (alunos, professores, assistentes técnicos/operacionais, órgãos de gestão e pais e encarregados de educação) de modo a cumprir a

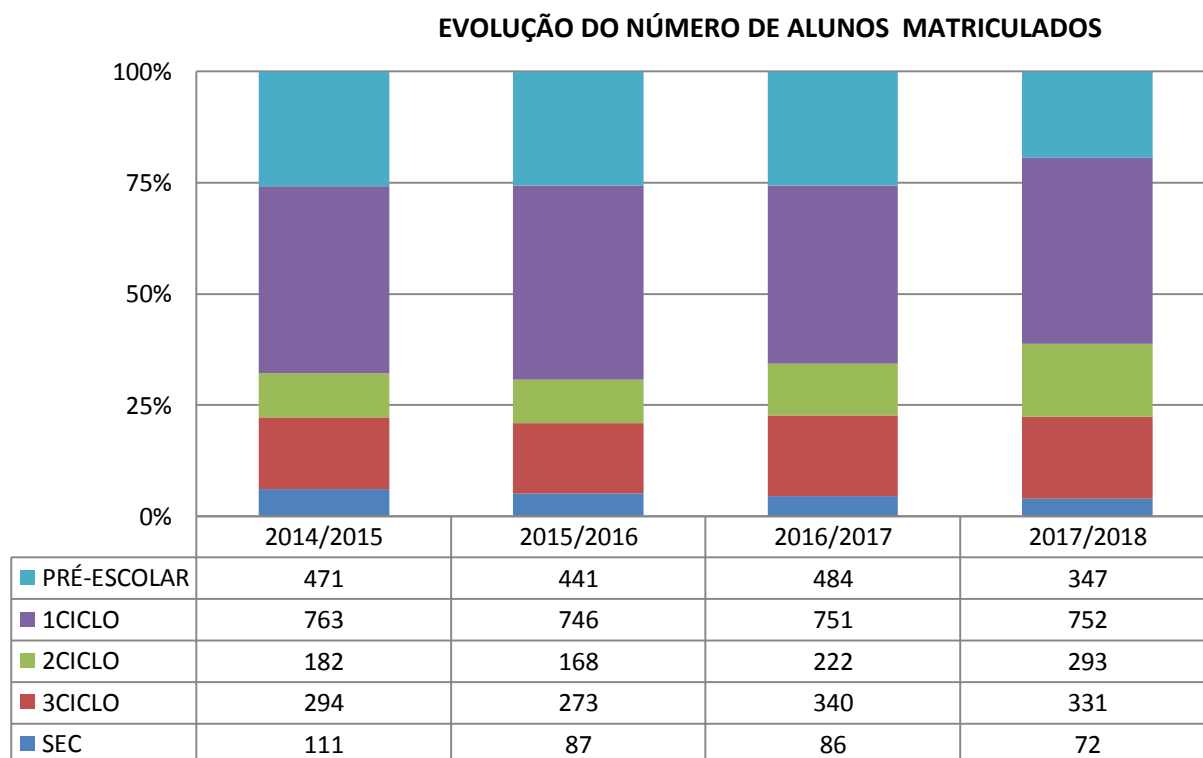
missão da escola; dar um contributo importante para o sucesso educativo; dar resposta às necessidades da comunidade escolar; ser um instrumento essencial no desenvolvimento curricular, atravessando transversalmente as várias áreas de ensino, as atividades não letivas e também a ocupação de tempos livres e de lazer.

1.2.6. População Escolar

O AEVT serve a população das freguesias de Aborim, Carapeços, Cossourado, Lijó, Panque, Roriz, Silva, Tamel S. Veríssimo, União de Freguesias de Alheira e Igreja Nova, União de Freguesias de Alvito (S. Pedro e S. Martinho) e Couto, União das Freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins), União das Freguesias de Quintiães e Aguiar e União das Freguesias de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte a nível do pré-escolar e 1º ciclo.

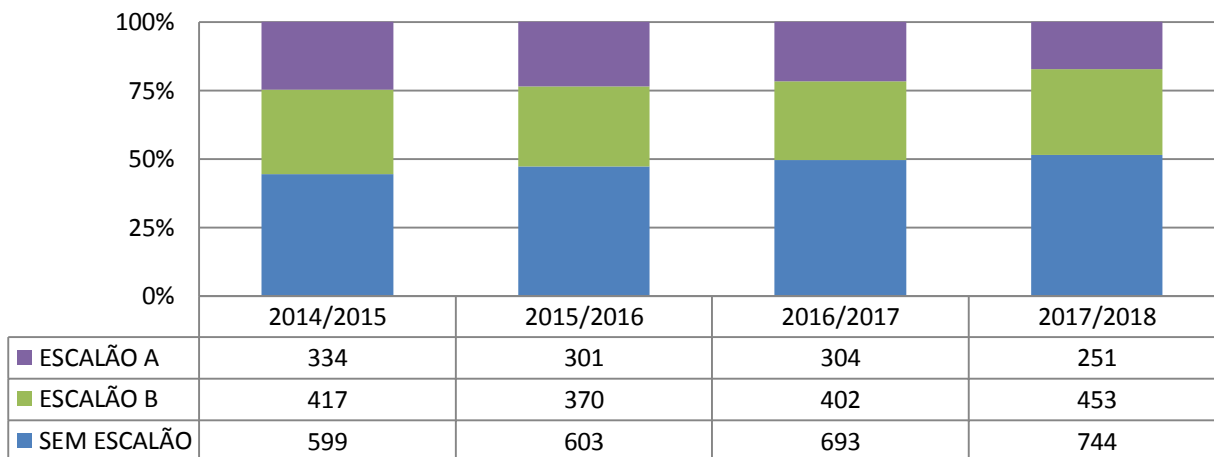
Atualmente, o AEVT serve uma população escolar matriculada de cerca de 1800 crianças e alunos distribuídos pelo pré-escolar, 347 crianças; pelo 1º ciclo, 755 alunos ; pelo 2º ciclo, 295 alunos; pelos 3º ciclo, 331 alunos e pelo ensino secundário, 73 alunos.

A evolução do número de alunos matriculados nos últimos anos no Pré-Escolar, nos segundo e terceiro ciclos e no ensino Secundário:



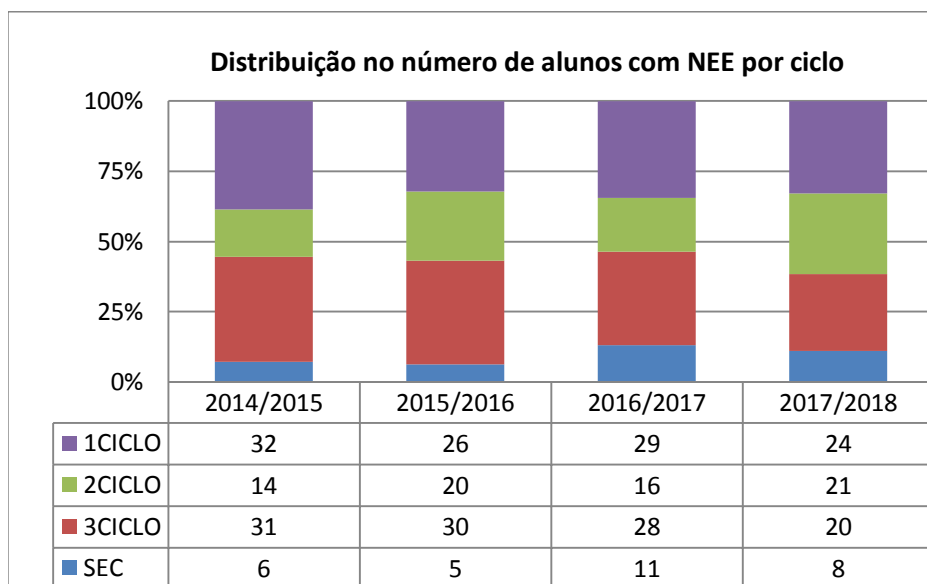
Integrados num meio carenciado, verificamos um número significativo de alunos abrangidos pelo ASE, conforme podemos verificar no gráfico que se segue.

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS PELOS ESCALÕES DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR



Partindo do pressuposto de que os contributos que tornam as escolas inclusivas também as tornam melhores escolas e de que tudo o que se faz nesse sentido vem também beneficiar os outros alunos, o AEVT está permanentemente atento à integração e inclusão escolar de crianças e jovens com necessidades educativas especiais (NEE) implementando estratégias, desenvolvendo atividades e adotando procedimentos favorecedores da inclusão.

O AEVT, como escola de referência para alunos com o “Espectro do Autismo”, tem integrado três unidades, uma na EB1 da Silva e duas na EBSVT em Lijó, onde é primordial a preocupação com a inclusão escolar destes alunos encarados



como uma mais-valia para a riqueza das nossas escolas. As Unidades de Ensino Estruturado do Espectro de Autismo (UEEA) são uma resposta educativa especializada que assegura o apoio aos alunos com

Perturbações do Espectro de Autismo (PEA), segundo o modelo “TEACCH” (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children - Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com Perturbações da Comunicação).

No ano letivo 2017/2018, o Serviço de Educação Especial do AEVT, oferece apoio a 73 alunos.

1.2.7. Resultados dos alunos

1.2.7.1. Dados da avaliação interna

Decorrendo da aplicação dos critérios de avaliação definidos pelos diferentes departamentos curriculares e aprovados pelo conselho pedagógico, a avaliação interna reflete o nível de execução das aprendizagens dos alunos perante os conteúdos previstos.

Estabelecendo-se a nível interno valores de referência para análise da execução das aprendizagens previstas, verifica-se no Agrupamento uma coerência entre a média das classificações internas obtidas e as médias obtidas nas provas de avaliação externa. Consultando a informação do gráfico abaixo, verificamos que as diferenças entre as médias das classificações obtidas nas duas avaliações são coerentes.

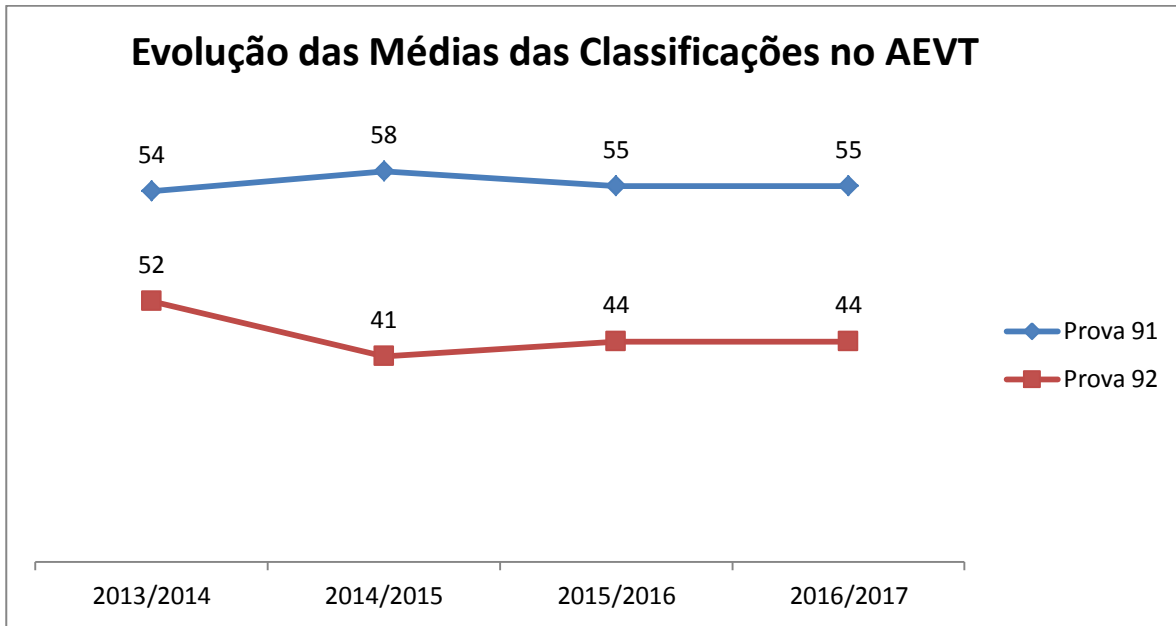
No ensino básico, comparando as médias das classificações obtidas numa escala de níveis (1 a 5) verificamos oscilações pouco significativas e pouco residuais.

No ensino secundário, utilizando uma escala de valores (0 a 20), verificamos uma aproximação entre os valores obtidos na avaliação interna e externa que ao longo do último triénio tem sido reduzida. Resulta esta aproximação da definição de estratégias que promovem uma aprendizagem orientada para as referências que têm vindo a ser estabelecidas em termos de avaliação nas provas nacionais.

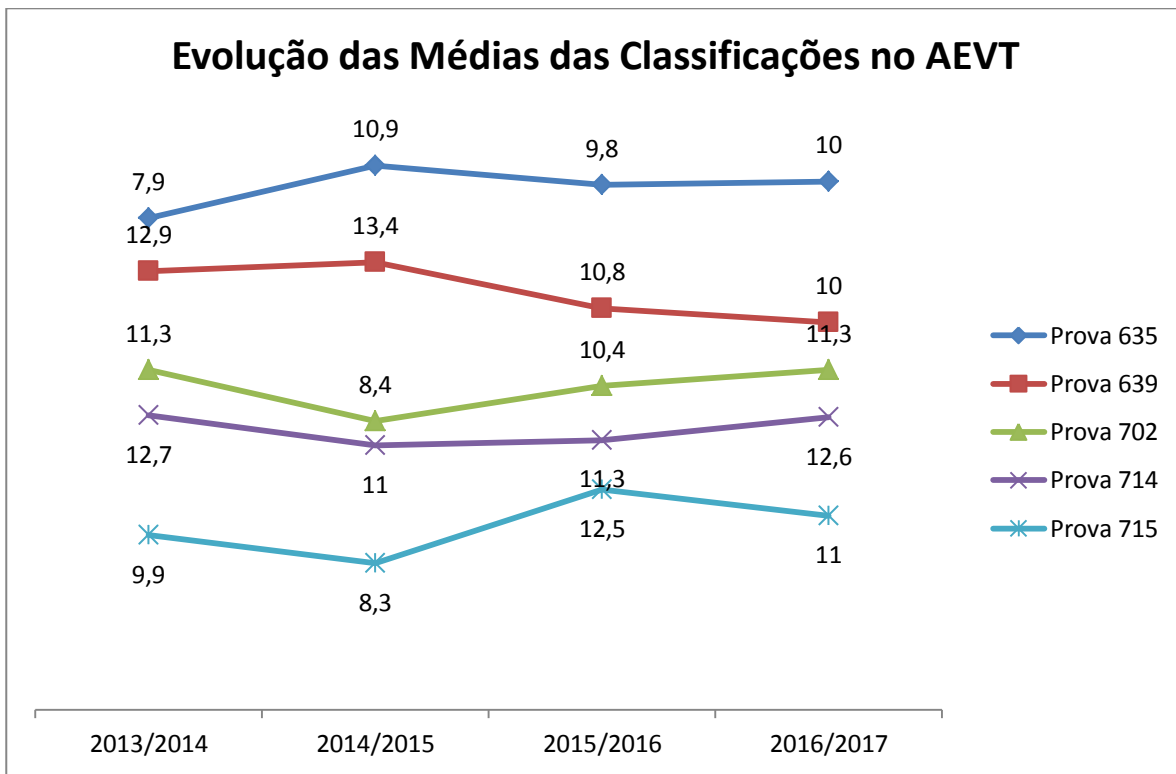
1.2.7.2. Dados da avaliação externa

A avaliação externa constitui-se como referente para cada instituição, enquanto linha orientadora de ações promotoras de sucesso e qualidade. Emergindo-se como uma fonte de informação sobre o trabalho desenvolvido, para os que nela trabalham e para a comunidade.

Nos gráficos seguintes verifica-se a evolução das médias das classificações às disciplinas sujeitas a avaliação externa no Ensino Básico e no Ensino Secundário.



Prova 91 – Prova Final de Português
 Prova 92 – Prova Final de Matemática



Prova 635 – Exame Nacional de Matemática A
 Prova 639 – Exame Nacional de Português
 Prova 702 – Exame Nacional de Biologia e Geologia
 Prova 714 – Exame Nacional de Filosofia
 Prova 715 – Exame Nacional de Física e Química A

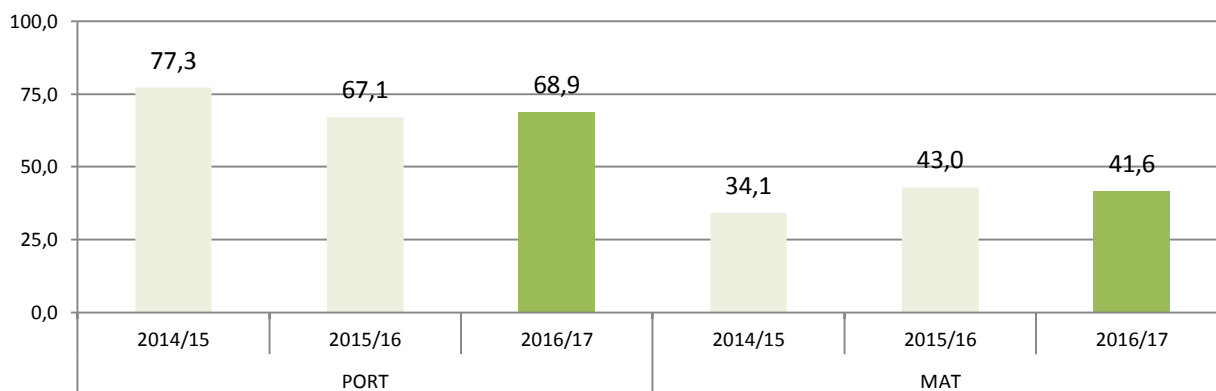
No ensino básico, os resultados obtidos no último triénio do Agrupamento revelam valores próximos dos nacionais.

No ensino secundário, os resultados revelam uma aproximação gradual aos valores nacionais. A disciplina de Matemática A excetua-se da análise anterior mantendo-se a coerência na obtenção de resultados inferiores aos nacionais.

Num exercício de autoavaliação e reflexão sobre os resultados obtidos, tem o Agrupamento esgotado os recursos de que dispõe na promoção de estratégias que conduzam a uma evolução positiva e sustentada dos resultados. O Agrupamento aposta numa dinâmica de apoio aos alunos, de promoção de momentos de preparação intensiva para as provas de avaliação externa e na disponibilização de planos de trabalho aos alunos.

No gráfico seguinte são apresentadas as taxas de sucesso externo da 1.ª Fase obtidas nas disciplinas do Ensino Básico sujeitas à avaliação externa no presente ano letivo e nos dois anos letivos anteriores. Verificando-se que, no ensino básico, as taxas de sucesso externo da 1.ª Fase se mantiveram idênticas às do ano letivo anterior (ligeira subida a português e ligeira descida a matemática).

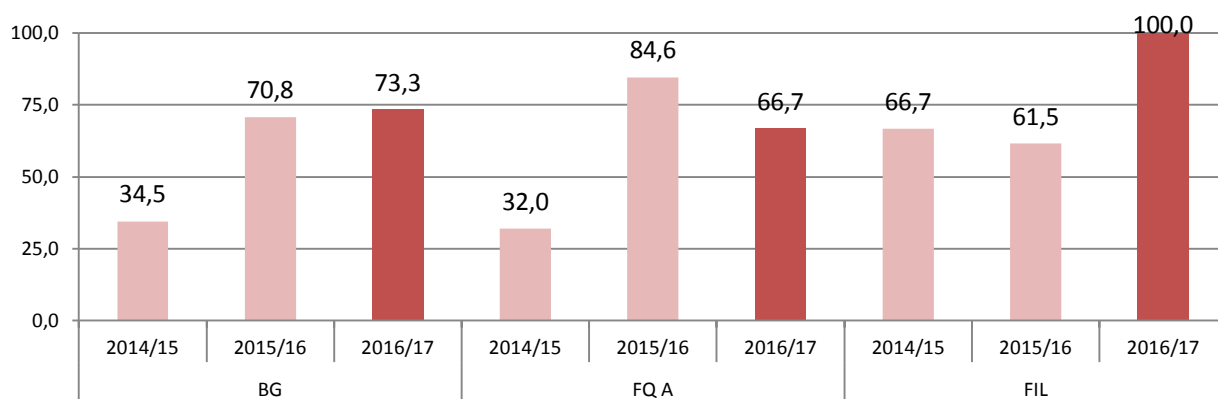
Taxas de Sucesso externa obtidas nas disciplinas alvo de Avaliação Externa (1.ª Fase) – Ensino Básico.



Nos gráficos que se seguem apresentam-se as taxas de sucesso externo obtidas nas disciplinas do Ensino Secundário sujeitas à avaliação externa no presente ano letivo e nos dois anos anteriores.

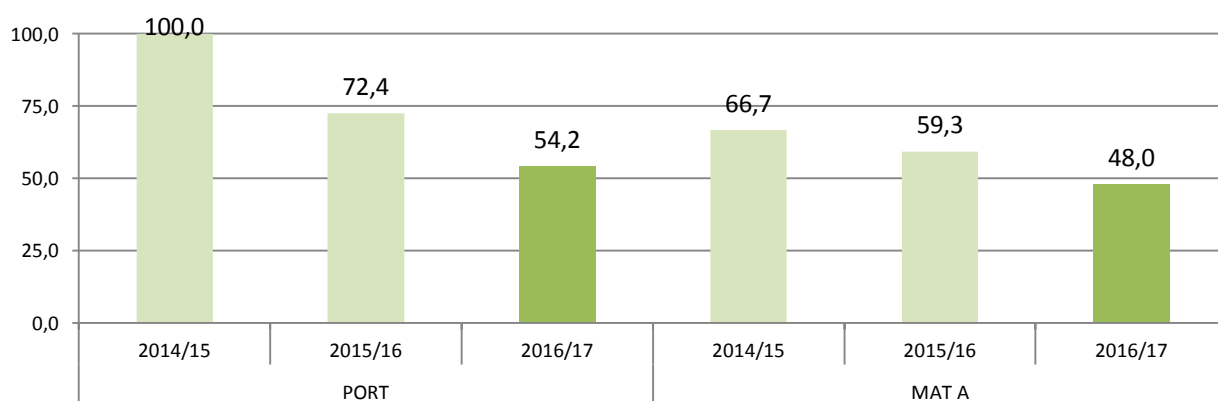
Assim, no 11.º ano de escolaridade, as taxas de sucesso externa obtidas nas disciplinas de Biologia e Geologia e Filosofia revelam uma melhoria, sendo mais acentuada na Filosofia. Em contrapartida, na disciplina de Física e Química A verifica-se uma descida da taxa de sucesso em comparação com o ano letivo anterior.

Taxas de Sucesso externa obtidas nas disciplinas alvo de Avaliação Externa (1.ª Fase) – 11.º Ano.



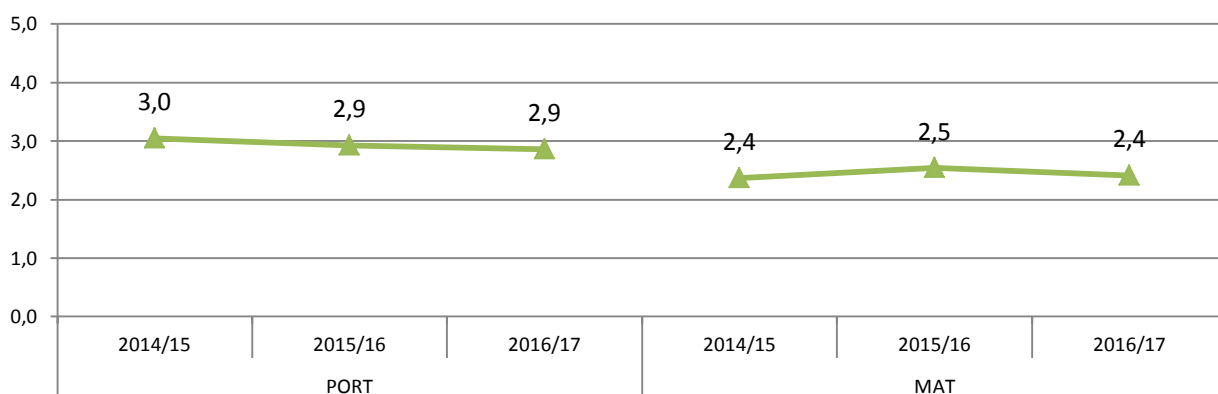
Nos exames nacionais de 12.º ano (Português e Matemática A), na 1ª fase, verifica-se uma descida da taxa de sucesso em comparação com os anos letivos anteriores.

Taxas de Sucesso externa obtidas nas disciplinas alvo de Avaliação Externa (1.ª Fase) – 12.º Ano.



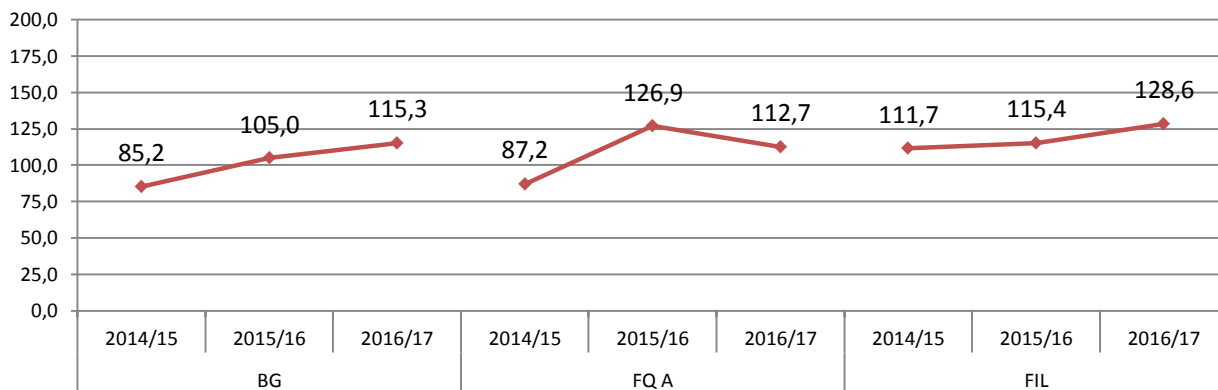
No gráfico seguinte, pode-se observar a distribuição das médias, em níveis, da 1.ª Fase das disciplinas do Ensino Básico sujeitas à avaliação externa pelos últimos três anos de escolaridade.

Médias externas obtidas nas disciplinas alvo de Avaliação Externa (1.ª Fase) – Ensino Básico.

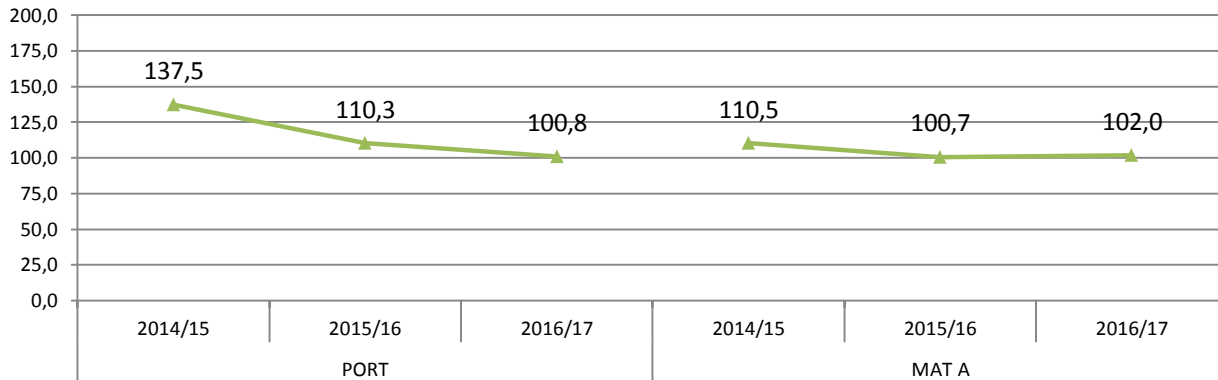


Pode-se observar, nos gráficos seguintes, a distribuição das médias da 1.ª Fase das disciplinas do Ensino Secundário sujeitas à avaliação externa. Constatando-se uma melhoria no 11.º e um ligeiro decréscimo no 12.º..

Médias externas obtidas nas disciplinas alvo de Avaliação Externa (1.ª Fase) – 11.º Ano.



Médias externas obtidas nas disciplinas alvo de Avaliação Externa (1.ª Fase) – 12.º Ano.



1.2.7.3. Abandono escolar

De entre as recomendações apresentadas pela comissão europeia surge a necessidade de adoção de políticas de prevenção do abandono escolar que, em países como Portugal, apresentava, em 2011, valores elevados.

O abandono escolar não é um problema da escola mas um problema de cariz social no qual a escola, a comunidade e a família se encontram implicados. (Coimbra, 2013)

Considera-se aluno em situação de abandono ou risco de abandono antes de completar o ensino secundário, no âmbito do despacho normativo 6/2014, o aluno que a escola reporta, no final do ano letivo, numa das seguintes situações: abandonou, anulou matrícula, foi retido ou excluído da frequência por excesso de faltas.

Os valores registados no Agrupamento nas situações anteriormente registadas são residuais sem expressão significativa. A atual conjuntura económica e social e os fluxos migratórios que daí advém conduzem a alguns registos em que os alunos acompanham os familiares não regularizando a situação administrativa no nosso Agrupamento.

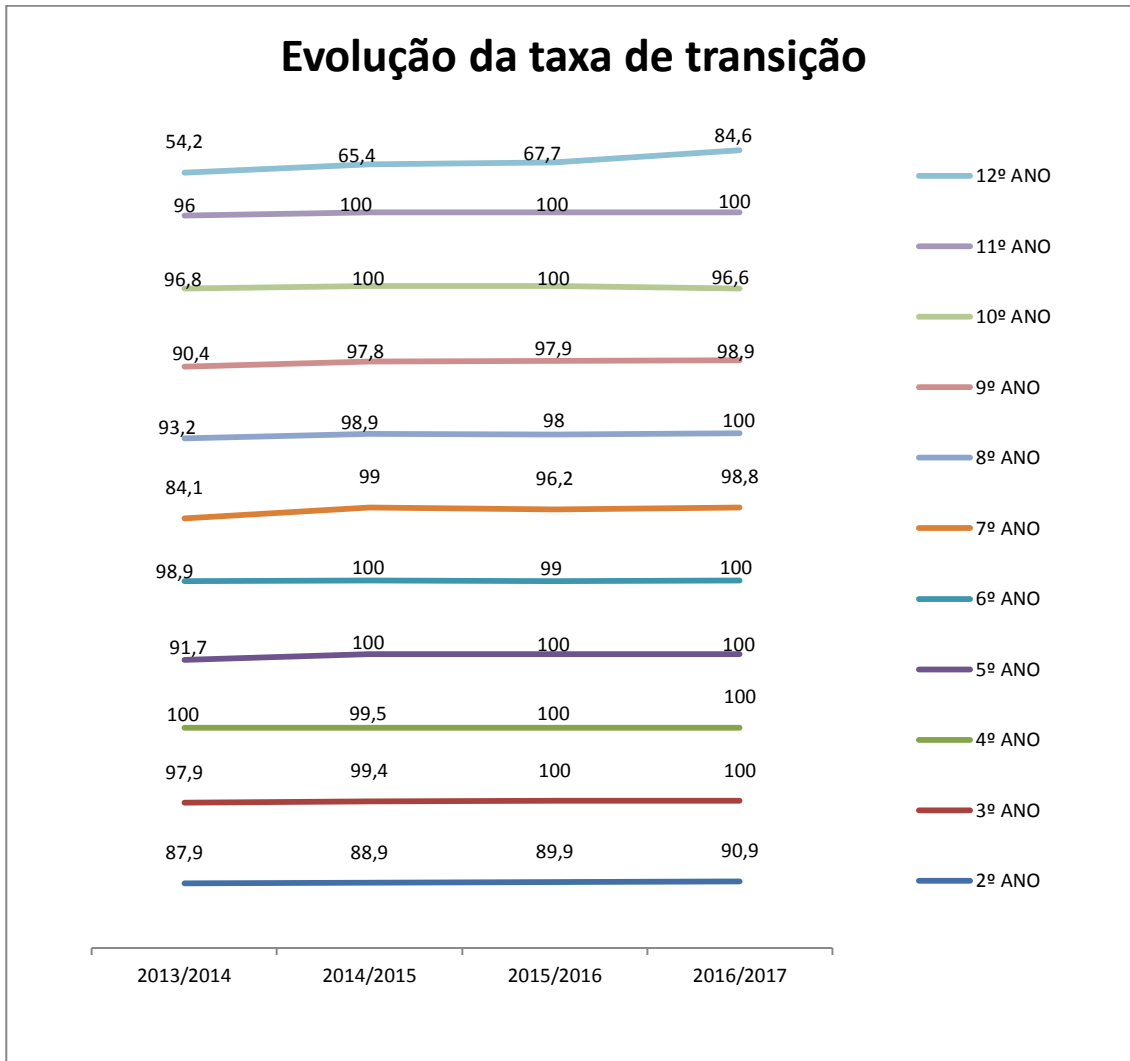
A linha de ação do Agrupamento centra-se na promoção de respostas eficazes, dentro do quadro legalmente estabelecido, que permitam atenuar ou extinguir fatores promotores de insucesso que resultem em situações de abandono.

O Agrupamento assume o compromisso de fomentar o cumprimento da escolarização, preconizando uma cultura de valorização da escolarização, valorizando a recuperação de aprendizagens através da promoção de mecanismos de apoio redutores do insucesso sucessivo, promovendo a articulação/integração no tecido empresarial local, valorizando a orientação vocacional.

1.2.7.4. Taxas de transição e conclusão

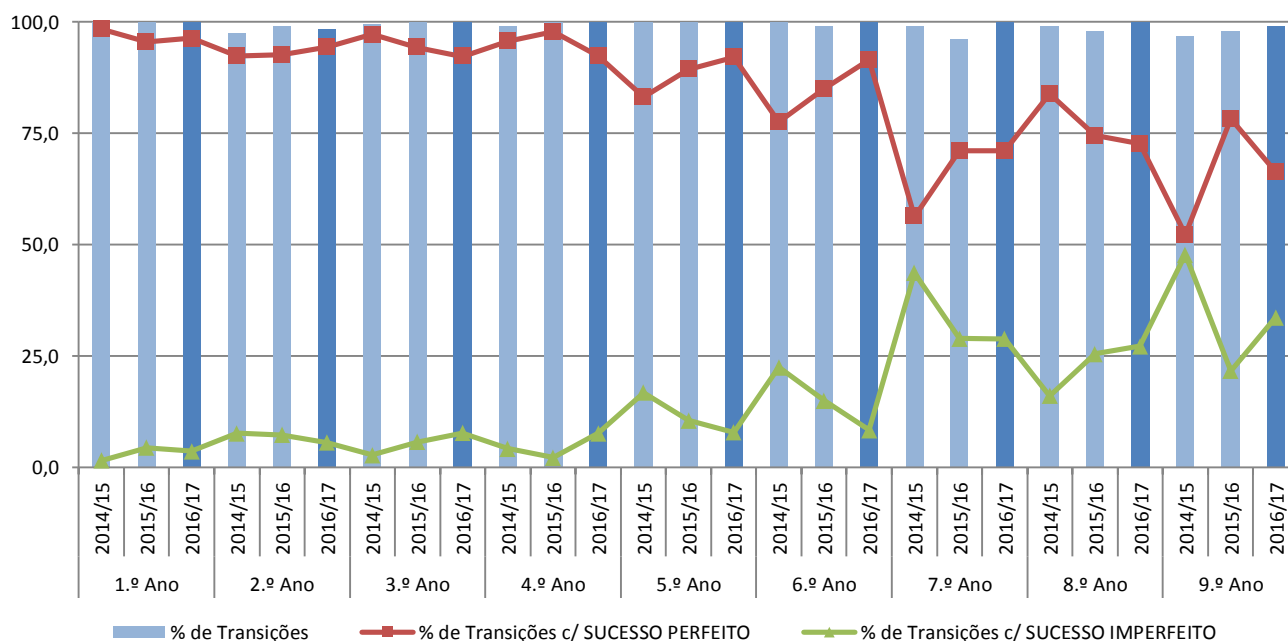
Os referentes nacionais no que se refere às taxas de transição/ conclusão, emitidos pela DGEEC, remetem ao ano de 2016/2017. Considerando a taxa de conclusão de cada um dos ciclos, verificamos que as mesmas se situam nos valores 97% (1º ciclo), 94,2% (2º ciclo), 91,5% (3º ciclo) e 82,5% (ensino secundário - Cursos científico-humanísticos).

Estabelecendo a comparação com as taxas de aprovação do Agrupamento verificamos um alinhamento com os valores nacionais e uma evolução positiva e sustentada da melhoria dos resultados.



Nos gráficos que se seguem são apresentadas as taxas de transição (com sucesso Perfeito, alunos que transitam sem níveis negativos, e Imperfeito), bem como, o peso percentual das disciplinas na imperfeição no sucesso das transições.

Taxas de Transição interligadas com as transições com sucesso perfeito e imperfeito (Ensino Básico).



Nos gráficos que se seguem, observa-se o peso das disciplinas nas transições com sucesso imperfeito.

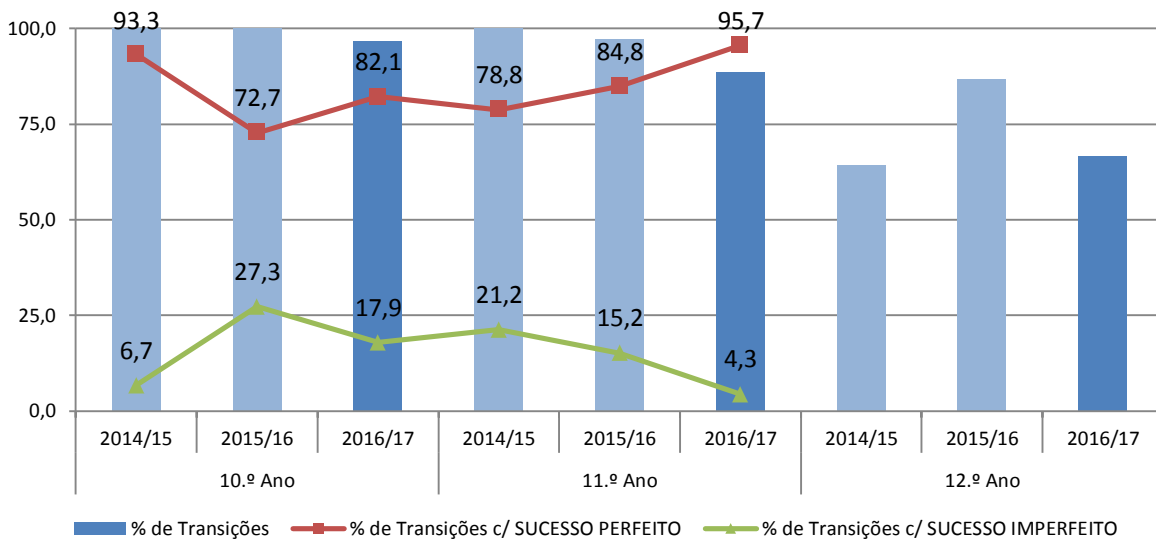
No 1.º ciclo, a disciplina de Matemática mantém-se entre as que têm maior peso nas transições com sucesso imperfeito, salientando-se que nos 3º e 4º anos a percentagem diminuiu relativamente ao ano letivo 2015/2016. No 1º ano do ensino básico, a disciplina com maior peso nas transições com sucesso imperfeito é Português.

No 2.º ciclo o peso das disciplinas nas transições com sucesso imperfeito está bastante distribuído entre Português, Inglês, História e Geografia de Portugal e Matemática.

No 3.º ciclo, este peso incide nas disciplinas de Inglês e Matemática.

No gráfico seguinte, são apresentadas as taxas de transição (com sucesso perfeito e imperfeito) dos três anos de escolaridade do Ensino Secundário.

Taxas de Transição interligadas com as transições com sucesso perfeito e imperfeito (Ensino Secundário).



No 12.º ano, não existe o conceito de sucesso perfeito uma vez que a transição é sujeita ao sucesso em todas as disciplinas.

1.3. Resultados da avaliação institucional

Em sede de avaliação externa, nos dois processos a que o AEVT foi submetido (2007/08 e 2011/12), merece especial referência a avaliação final por domínio emitida no último relatório:

- Resultados escolares: BOM;
- Prestação do serviço educativo: MUITO BOM;
- Liderança e gestão: MUITO BOM.

O mesmo relatório identifica de forma fundamentada a necessidade de investimento nos resultados escolares dos alunos ao nível do 3º ciclo e na melhoria dos processos de acompanhamento e supervisão da prática letiva como sendo os eixos de ação que mais contribuirão para a melhoria da qualidade do ensino prestado pelo AEVT.

São reconhecidas, quer pela comunidade local quer pela equipa da avaliação externa, competências de liderança, organização e orientação da ação educativa para a educação para os valores, incentivando uma cultura de rigor, responsabilidade e exigência.

A ação do Agrupamento passa a ser orientada para ações que minimizem o impacto do contexto social, educativo, cultural e económico característico do meio local; promovam uma intervenção social concertada na comunidade; potencializem a melhoria dos resultados escolares no 3º ciclo e assegurem a qualidade e a excelência das aprendizagens promovidas pelo AEVT ao longo de todo o percurso académico dos seus alunos.

1.4. Análise Swot

“Concentre-se nos pontos fortes, reconheça as fraquezas, agarre as oportunidades e proteja-se das ameaças.”

(Sun Tzu, 500 a.C.)

Procurando o saber antigo, a análise *SWOT*, permite que uma organização, partindo da ponderação sobre as suas forças e constrangimentos, defina áreas prioritárias e linhas orientadoras de ação com vista ao seu sucesso enquanto entidade organizativa que presta um serviço a uma comunidade.

O AEVT identifica três domínios estruturantes da sua ação: Resultados, Serviço Educativo e Gestão/Liderança executando a respetiva análise em cada um deles.

RESULTADOS	
ANÁLISE EXTERNA	<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Interrupção anual dos contratos de outros técnicos (psicólogo, por exemplo); ▪ Interrupção dos serviços prestados por técnicos especializados no âmbito da educação especial.
	<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Protocolos com entidades externas; ▪ Articulação com o tecido empresarial local; ▪ Parcerias com a Universidade do Minho e IPCA; ▪ Centro de Recursos para a Inclusão (CRI)
ANÁLISE INTERNA	<p>PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Os resultados obtidos na avaliação externa em Matemática no ensino básico e secundário; ▪ Necessidade de sustentabilização dos resultados obtidos. ▪ Estruturação dos procedimentos de articulação entre ciclos.
	<p>PONTOS FORTES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O sucesso académico em linha com os valores nacionais e a evolução sustentada dos mesmos; ▪ Coerência entre os valores obtidos nas médias internas e externas nas disciplinas sujeitas a avaliação externa; ▪ A promoção de apoios educativos e monitorização dos resultados dos mesmos; ▪ Interesse e motivação na participação nos clubes de oferta de escola, em projetos e concursos externos e internos à escola. ▪ Bons níveis de assiduidade. ▪ Espírito solidário apresentado pelos alunos. ▪ Frequência mais habitual no uso da biblioteca. ▪ Boa relação estabelecida com os pares. ▪ Promoção de ciclos de preparação para provas finais e exames nacionais.

SERVIÇO EDUCATIVO	
ANÁLISE EXTERNA	<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fluxos migratórios; ▪ Localização periférica do agrupamento no concelho e dispersão geográfica; ▪ Défice no rácio de pessoal não docente; ▪ Interrupção anual dos contratos de outros técnicos;
	<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Protocolos com entidades externas; ▪ Articulação com o tecido empresarial local; ▪ Parcerias com a Universidade do Minho e IPCA; ▪ Envolvimento da comunidade; ▪ Papel das associações de pais nas atividades de animação e apoio à família e componente de apoio à família;
ANÁLISE INTERNA	<p>PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturação de um plano de formação para o pessoal não docente centrado nas necessidades do agrupamento; ▪ Limitação dos espaços de convívio exteriores; ▪ Inexistência de condições físicas para a realização da atividade física e desportiva em todas as unidades educativas.
	<p>PONTOS FORTES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A ação do Agrupamento orientada para a educação para os valores, incentivando uma cultura de rigor, responsabilidade e exigência; ▪ Presença periódica de elementos da direção nas diferentes unidades educativas; ▪ Participação e envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação no acompanhamento dos seus educandos; ▪ As práticas de ensino que asseguram a expressão das potencialidades e expectativas dos alunos e combinam a vertente formativa com a dimensão artística e tecnológica; ▪ A promoção de apoios educativos e monitorização dos resultados dos mesmos; ▪ Práticas inclusivas no apoio a alunos com dificuldades e integração de alunos com PEA; ▪ A criação de uma equipa multidisciplinar para monitorização da disciplina;

GESTÃO / LIDERANÇA	
ANÁLISE EXTERNA	<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Défice no rácio de pessoal não docente; ▪ Constrangimentos organizacionais que limitam a reestruturação dos espaços com vista ao bem-estar dos alunos.
	<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Abertura e incentivo à participação de representantes locais, associações de pais locais e as juntas de freguesia; ▪ Associação representativa das diferentes associações de pais; ▪ Parcerias e protocolos com entidades exteriores;
ANÁLISE INTERNA	<p>PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturação de um plano de formação para o pessoal não docente centrado nas necessidades do agrupamento; ▪ Estruturação/consolidação de procedimentos de supervisão da prática letiva; ▪ Reforço dos procedimentos de articulação entre ciclos.
	<p>PONTOS FORTES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão equilibrada e transparente de recursos financeiros; ▪ A consolidação do sentido de pertença, através do envolvimento da comunidade educativa em dinâmicas de cidadania; ▪ A existência de práticas organizacionais concertadas e mobilizadoras e circuitos de informação eficazes; ▪ A valorização das lideranças intermédias; ▪ Reconhecimento das colaborações externas; ▪ O processo de autoavaliação contínuo, com reflexo na organização e gestão pedagógica.

2. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E OFERTA EDUCATIVA

2.1. Contrato de autonomia

Por contrato de autonomia entende-se o acordo celebrado entre a Escola, o Ministério da Educação, a Câmara Municipal e, eventualmente, outros parceiros da comunidade interessados, através do qual se definem objetivos e se fixam as condições que viabilizam o desenvolvimento do projeto educativo apresentado pelos órgãos de administração e gestão de uma escola ou de um agrupamento de escolas.

Numa visão alargada sobre as oportunidades que poderiam advir para o AEVT, o contrato de autonomia assumiu-se como mais uma estratégia para a promoção do sucesso escolar e melhoria do serviço educativo.

2.2. Processo de comunicação

Enquanto organização de localização geográfica dispersa, o AEVT assume a existência de práticas organizacionais concertadas e mobilizadoras e de circuitos de informação eficazes como um dos pontos fortes da sua organização.

Para além dos meios usuais de comunicação interna através de documentos próprios afixados em locais próprios (circulares, ordens de serviços, comunicações entre outros), o AEVT socorre-se dos benefícios da

comunicação virtual, transmitindo as informações relevantes do Agrupamento pelos meios que de seguida se enumeram:

- A Web página localizada em www.aevt.pt é um meio de divulgação de informação interna disponível numa área reservada de acesso e de informação ao público contemplando setores como a caracterização do Agrupamento, os documentos estruturantes e orientadores da ação educativa, a oferta de emprego, e outros.
- A Plataforma Office 365 permite a criação de uma nuvem comum a todos os recursos humanos e alunos do AEVT através da qual é possível aceder a todo um conjunto de informação e documentos de trabalho. Na mesma plataforma, geram-se os acessos de correio eletrónico sendo este um meio privilegiado de comunicação interna e externa.

Como formas de comunicação com a comunidade e exteriorização dos projetos e trabalhos desenvolvidos são ainda apresentadas duas edições anuais do jornal “Escola Ativa”, edições pontuais de programas de rádio e TV preparados pelos alunos – Web Radio Educativa e Vale do Tamel TV, Redes Sociais, Blogues e o envolvimento em concurso e eventos.

2.3. Critérios pedagógicos de constituição de turmas

A constituição de grupos de crianças ou turmas de alunos, é feita de acordo com critérios de natureza pedagógica, em conformidade com a legislação em vigor e tendo em conta as propostas dos conselhos de turma, conselhos de docentes, ensino especial e o conselho pedagógico, sendo o Diretor responsável pela sua aplicação, em função dos recursos humanos e materiais disponíveis nos estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento.

Sem prejuízo da legislação em vigor e do previsto do Regulamento Interno do AEVT, na constituição das turmas e grupos deve ter-se em consideração as seguintes orientações:

2.3.1. Educação Pré-Escolar

Nos jardim-de-infância com mais de um grupo, as crianças são distribuídas, preferencialmente, pelo nível etário, podendo haver necessidade de constituir grupos mistos tendo subjacente a constituição de grupos heterogéneos, valorizando-se a diversidade como uma mais-valia e “...meio privilegiado para enriquecer experiências e oportunidades de aprendizagem de cada criança” pois “...a interação e a cooperação entre as crianças permitem que estas aprendam, não só com o/a educador/a, mas também umas com as outras” (OCEPE, 2016,p.10).

2.3.2. 1º Ciclo do Ensino Básico

Os alunos matriculados no 1.º Ano de Escolaridade, oriundos dos Jardim-de-infância do Agrupamento, sempre que possível, devem manter-se juntos (na mesma turma) no ano letivo seguinte;

Os alunos matriculados oriundos de outros estabelecimentos que não pertencem ao AEVT, serão integrados nas turmas do seu ano de escolaridade;

Salvo decisão em contrário, por proposta do Professor Titular de Turma e autorizada pelo Diretor, em situação de retenção o aluno é incluído na turma do ano de escolaridade a que pertence.

2.3.3. Segundo e Terceiros Ciclos

A constituição de turmas do 5º ano de escolaridade tem por base os parâmetros legalmente estabelecidos, as orientações dos serviços de administração educativa, bem como, sempre que possível, as recomendações específicas provenientes dos conselhos de turma e dos docentes das turmas do quarto ano de escolaridade ou o respetivo conselho de docentes, tendo em consideração:

- Manter juntos pequenos núcleos de alunos provenientes da mesma turma, de modo a facilitar a integração e minimizar a insegurança que a mudança de escola provoca;
- Privilegiar a constituição de turmas heterogéneas quer em termos de desempenho escolar quer em termos de caracterização socioeconómica;
- Sempre que se manifeste necessário e adequado ao processo de ensino, ouvidos os encarregados de educação, poderão ser constituídas turmas de homogeneidade relativamente ao desempenho escolar;
- Os alunos que não transitaram de ano de escolaridade devem ser integrados de forma equilibrada nas turmas em funcionamento num determinado ano de escolaridade;

Nos anos consequentes do ensino básico, os alunos deverão integrar a turma do ano letivo anterior, embora se possa proceder a eventuais ajustamentos, de acordo com as orientações propostas pelos respetivos conselhos de turma.

2.3.4. Ensino Secundário

Na constituição das turmas de ensino secundário deve considerar-se:

- Inclusão de alunos provenientes da mesma turma no ciclo anterior, sempre que isso seja possível, e considerando as informações fornecidas pelos diretores de turma que acompanharam os alunos no ciclo precedente;
- Os alunos com NEE devem ser distribuídos pelas diferentes turmas considerando a tipificação das suas dificuldades, constantes no respetivo PEI e ouvido o professor da Educação Especial que os acompanhou;
- Os alunos que não transitaram de ano de escolaridade devem ser integrados de forma equilibrada nas turmas em funcionamento num determinado ano de escolaridade;
- Considerando o regime de frequência por disciplinas que se aplica aos cursos do ensino secundário, bem como o respetivo regime de avaliação, um aluno pode integrar mais do que uma turma de anos de escolaridade diferentes, desde que os respetivos horários sejam compatíveis no momento em que é solicitada essa pretensão ao Diretor do Agrupamento.

2.4. Educação Especial

“O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respetivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola”. (Declaração de Salamanca, 1994: 11-12)

A Educação Especial do AEVT tem por objetivo dar respostas pedagógicas diversificadas, adequadas às necessidades específicas e ao desenvolvimento global dos jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE), para que, independentemente da sua problemática, possam ter sucesso educativo.

Neste processo, são envolvidos os alunos, os professores, os pais e encarregados de educação, os técnicos especializados, o serviço de psicologia e orientação e outros organismos externos (Autarquia, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Associação de Pais e Amigos das Crianças Inadaptadas (APACI), Associação de Pais e Amigos de Crianças (APAC), entre outras, e restante comunidade escolar, de forma a articular respostas e a definir o encaminhamento adequado, em conformidade com a especificação e a necessidade de cada aluno, sempre no intuito de colmatar as fragilidades que interferem no seu rendimento escolar, assim como nas suas competências sociais/relacionais.

Nas situações em que as necessidades sentidas versam sobretudo o treino de competências sociais/relacionais, o desenvolvimento da autoestima e da autonomia, os jovens são normalmente encaminhados para áreas de cariz mais prático, que se concretizam na realização de atividades, na frequência de oficinas e de áreas de cariz funcional, que visam o intercâmbio de valores culturais e o incremento das relações Escola/Meio, assim como contribuir para desenvolver e/ou potenciar conhecimentos e competências adquiridas.

Os alunos que usufruem da medida “Currículo Específico Individual” (CEI), ao nível do 1.º ciclo, beneficiam de áreas específicas de aprendizagem adequadas ao seu perfil de funcionalidade e de intervenções especializadas de acordo com as suas problemáticas. Para tal, além do apoio do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), contam ainda com a colaboração do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), nomeadamente com a intervenção de técnicos especializados nas valências de Terapia de Fala, Psicologia, Terapia Ocupacional e Fisioterapia.

Por seu turno, os alunos do segundo/terceiro ciclos e ensino secundário abrangidos por um CEI, além de beneficiarem, igualmente, das terapias e apoios pedagógicos ajustados às suas necessidades educativas, contam com apoio pedagógico direto, assegurado por um docente de Educação Especial, centrado no desenvolvimento de competências de cariz funcional, designadamente nas áreas do Português, Matemática e Informática. Paralelamente, frequentam oficinas e áreas específicas muito diversificadas, tais como: Oficina de Artes, Oficinas, Educação para a Saúde, Musicoterapia, Motricidade, Psicomotricidade, Desporto Adaptado, Condição Física e Saúde, Saúde e segurança, Autonomia, Comunicação, Vida em casa e na comunidade, com vista ao desenvolvimento integral e harmonioso destes alunos e a proporcionar-lhe hábitos de vida saudáveis favorecendo o seu bem-estar e a relação corpo-mente.

Acresce que todos os alunos abrangidos por um CEI que completaram quinze anos de idade desenvolvem um Plano Individual de Transição (PIT), elaborado e estruturado em estreita colaboração com os alunos envolvidos e respetivos encarregados de educação, com vista a respeitar o perfil de funcionalidade de cada discente e, simultaneamente, fomentar a sua autonomia pessoal e social, através do desenvolvimento de competências de natureza profissional ou ocupacional, com vista a facilitar a preparação da sua transição para a vida pós-escolar.

A todos os alunos que não beneficiam de um CEI, são proporcionadas algumas de entre as seguintes medidas educativas previstas no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro: “Apoio Pedagógico Personalizado”, “Adequações no Processo de Matrícula”, “Adequações Curriculares Individuais”, “Adequações no Processo de Avaliação” e “Tecnologias de Apoio”. Ademais, consoante o seu perfil de funcionalidade, alguns destes alunos, usufruem do apoio direto de um docente de Educação Especial no

desenvolvimento de áreas específicas, como sejam: “Reeducação da Dislexia”, “Atenção/Concentração”, “Motricidade”, “Psicomotricidade”, “Autonomia” e Socialização” e, quando necessário, da intervenção dos técnicos do CRI.

No ano letivo 2009/10, o AEVT passou a integrar duas **Unidades de Ensino Estruturado** para alunos com Perturbações do Espectro do **Autismo (UEEA)**, que se constituem como uma resposta educativa especializada e fazem dele um agrupamento de referência no distrito de Braga, dado que atendem alunos oriundos de vários concelhos: Barcelos, Amares, Braga, Vila Verde, Esposende e Vila Nova de Famalicão.

As **Unidades de Ensino Estruturado** para alunos com perturbações do espectro do **Autismo (UEEA)** são uma resposta educativa especializada que assegura o apoio aos alunos com Perturbações do Espectro de Autismo (PEA), segundo o modelo “TEACCH” (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children). A filosofia deste modelo consiste em estruturar o espaço, o tempo, os materiais e as atividades promovendo uma organização interna que facilite os processos de aprendizagem e autonomia com PEA. Pretende-se clarificar as rotinas, manter um ambiente calmo e previsível, fomentar a estimulação sensorial, propor tarefas diárias adequadas às NEE e promover a sua autonomia.

É de sublinhar que as duas UEEA integram o apoio pedagógico personalizado de docentes com formação especializada na área da Educação Especial e contam, ainda, com a colaboração dos técnicos do CRI, que intervêm semanalmente junto dos alunos com PEA para desenvolvimento de competências transversais, com especial ênfase para a área da comunicação, motricidade, cognição e autonomia, através de sessões de Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Psicologia e Fisioterapia. Esta equipa pluridisciplinar articula o desenvolvimento de competências destes alunos com a equipa pedagógica e família das crianças/jovens.

Além do trabalho desenvolvido no contexto da UEEA, é de salientar que os alunos com PEA participam, também, em atividades curriculares e de enriquecimento curricular, no seio da sua turma de referência, com aplicação de metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares, visando, designadamente, o desenvolvimento de competências de cariz social e académico.

Partindo do pressuposto de que os contributos que tornam as escolas inclusivas também as tornam melhores escolas e de que tudo o que se faz nesse sentido vem beneficiar TODOS os alunos, o AEVT está permanentemente atento à integração e inclusão escolar de crianças e jovens com NEE, implementando estratégias diferenciadas, desenvolvendo atividades práticas que enriquecem e diversificam o currículo escolar destes alunos e, ainda, adotando procedimentos favorecedores e facilitadores da inclusão, com vista ao desenvolvimento de competências universais que permitam o desenvolvimento da autonomia,

comunicação, socialização e funcionalidade dos alunos, de modo a facilitar a sua transição para a vida pós-escolar.

2.5. Projetos

O Agrupamento oferece um leque de projetos e atividades a fim de contribuir para a formação pessoal e social dos seus alunos, os quais vão ao encontro das suas necessidades e interesses, no sentido de formar cidadãos responsáveis e intervenientes na comunidade complementando assim a sua matriz curricular. Neste âmbito, estão implementados neste Agrupamento vários projetos dos quais, entre outros, destacamos:

- Promoção e Educação para a Saúde em Meio Escolar (PPESME);
- Promoção de Alimentação Saudável e Saúde Escolar (PASSE e PASSEzinho);
- Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar (PRESSE);
- Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral;
- Plano Nacional de Leitura (PNL);
- Desporto Escolar com várias modalidades;
- Solidariedade e Voluntariado;
- Jornal Escolar “Escola Ativa”;
- Web Rádio Vale do Tamel e Vale do Tamel TV
- Blogue “Aproximar Partilhando”
- Educação para a Cidadania (PEC);
- Viver as Tradições Locais (VITRAL)
- Clube das Tecnologias e Inovação - Robótica (CTIR);
- Música, Teatro e Poesia;
- Programa de rastreio da Linguagem e Fala na Educação Pré-Escolar (RALF)
- Ciências Experimentais no AEVT
- Rastreio de alunos no 1.º ano em risco de Perturbação na leitura através da prova MAZE
- Plano Nacional de Cinema
- Speaker’s Corner

Projeto de Promoção e Educação para a Saúde em Meio Escolar

O projeto de Promoção e Educação para a Saúde em Meio Escolar (PPESME), visa educar para a saúde, dotar as crianças e os jovens de conhecimentos, atitudes e valores que os ajudem a fazer opções e a tomar decisões adequadas à sua saúde e ao seu bem-estar físico, social e mental, bem como a saúde dos que os rodeiam, conferindo-lhes assim um papel interventivo. Também a informação sobre sexualidade é essencial

na educação para a saúde. Assim, com vista a uma vida saudável em sociedade, os jovens devem adquirir e desenvolver competências nesta área. Na sequência deste projeto serão desenvolvidos outros subprojetos em parceria com o Centro de Saúde de Barcelos tais como: PASSE desenvolvido com os alunos do 1º ciclo do ensino básico; PASSEzinho dirigido às crianças da educação pré-escolar; PRESSE, implementado no 1º, 2º e 3º ciclos e Saúde Oral abrangendo todas as faixas etárias.

De forma a atingir estes objetivos são programadas diversas atividades com o estabelecimento de parcerias, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, que podem ser atividades nas áreas curriculares ou extracurriculares e no Gabinete de Apoio ao Aluno.

Sabe-se, de antemão, que para a consecução deste projeto é necessária a participação e envolvimento de toda a comunidade educativa e, por isso, são dinamizadas atividades não só para alunos como também para funcionários (docentes e não docentes), assim como, para pais e encarregados de educação para que possam acompanhar de uma forma mais profícua o desenvolvimento dos seus educandos.

Plano Nacional da Leitura

O Plano Nacional de Leitura (PNL), lançado em 2006, constituiu uma resposta institucional à preocupação com os níveis de literacia dos portugueses, em geral e, em particular, dos jovens, tendo concretizado ao longo de 10 anos um conjunto de medidas destinadas a desenvolver as competências e os hábitos de leitura da população portuguesa, com especial enfoque no público escolar.

O Agrupamento aderiu a este Projeto desde 2007/2008, e o trabalho que tem desenvolvido na promoção da leitura desde o pré-escolar até ao ensino secundário, tem sido frutífero.

A leitura orientada em sala de aula, o incentivo à leitura autónoma e um conjunto muito diversificado de atividades que têm sido desenvolvidas, num trabalho de parceria entre a equipa das bibliotecas escolares, departamentos de línguas, pré-escolar e 1º ciclo, com a colaboração dos restantes professores/áreas disciplinares e dos pais e encarregados de educação, o apoio da Câmara e Biblioteca Municipais de Barcelos e de outras entidades, têm permitido uma crescente motivação dos nossos alunos para a leitura.

Através da Resolução do Conselho de Ministros nº 48-D/ 2017, 2017-2027 contitui-se como uma nova etapa para o PNL. Pretende-se reforçar o trabalho realizado, aumentar o investimento em todos os segmentos da população e apostar numa dinâmica de intervenção mais integradora, envolvendo as áreas da educação, da cultura, da ciência, tecnologia e ensino superior e das autarquias locais, de modo a fazer face ao amplo conjunto de desafios que atualmente condicionam e determinam o ato de ler e escrever. A leitura é considerada, neste contexto, uma condição básica transversal a todo o conhecimento, uma competência

multimodal de literacia que combina diferentes linguagens, textos e formatos, e um direito humano com impacto direto no crescimento pessoal dos indivíduos, no desenvolvimento económico, social e cultural do país e na qualidade da nossa democracia, inclusão e cidadania.

Desporto Escolar

A missão, princípios e valores do AEVT coadunam-se com os princípios do Programa Nacional do Desporto Escolar, da autoria do Ministério da Educação.

Neste sentido, no cumprimento da sua missão pretende o AEVT continuar a disponibilizar uma oferta regular e sistemática a todos os alunos, aliás, dentro do que tem acontecido nos últimos anos, ou seja, colocar no seu horário, a possibilidade de todos os alunos usufruírem da prática da atividade física e desportiva, quer através de modalidades desportivas com quadros competitivos regulares, quer através de modalidades desportivas a desenvolver no âmbito da atividade interna.

Os objetivos pretendidos são: contribuir para a integração social, criar hábitos de vida saudável, prevenir comportamentos desviantes, combater o abandono escolar, formação desportiva, assim como criar uma Cultura Desportiva de Escola.

Projeto Vale do Tamel Solidário e Voluntário

O Projeto Vale do Tamel Solidário e Voluntário visa contribuir para a educação, sensibilização e formação dos alunos no que respeita aos Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável, assim como contribuir para a consciencialização e criação de uma cultura de cidadania, responsabilidade e de solidariedade social.

A ação desenvolve-se a nível local, através de ações que melhorem as condições de vida/aprendizagem dos alunos e das suas famílias. Para além desta ajuda à comunidade envolvente, a sua ação ultrapassa fronteiras e intervém em benefício de instituições internacionais. Este projeto conta com a parceria de algumas entidades locais, regionais e nacionais.

Jornal Escolar

O jornal escolar tem como objetivo primordial o desenvolvimento de valores, atitudes e práticas que contribuam para a formação de cidadãos conscientes e participativos numa sociedade democrática, estabelecendo relações mais próximas entre os vários agentes do processo educativo e reforçando o sentido de pertença à comunidade educativa do Vale do Tamel.

WebRádio Educativa

O Agrupamento de Escolas Vale do Tamel dispõe de um projeto tecnológico designado de WebRádio Educativa com endereço eletrónico alojado em <http://radioaledotamel.blogspot.com>. Trata-se de um projeto aberto a toda a comunidade onde participam principalmente alunos e professores dos vários níveis

de ensino e dos vários estabelecimentos que integram o AEVT, numa altura em que muito se fala da globalização da informação e da comunicação, tendo como suporte o uso das novas tecnologias.

Recentemente foi criado o projeto Vale do Tamel TV, que pretende desenvolver competências técnicas ao nível das tecnologias de informação e comunicação dos professores e alunos envolvidos e contribuir para a melhoria tanto do processo ensino/aprendizagem.

Blogue “Aproximar Partilhando”

O Blogue “Aproximar Partilhando” é dinamizado pelos docentes do Departamento Curricular do 1º Ciclo e está alojado no endereço eletrónico <http://aproximarpartilhando.blogspot.com/>. Tem como objetivos aproximar a comunidade educativa do Agrupamento de Escolas Vale do Tamel através da divulgação das atividades realizadas nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e permitir aos alunos a interação e a colaboração com outras pessoas, partilhando, sob orientação do professor, ideias e trabalhos em espaços *on-line* previamente concebidos.

Projeto de Educação para a Cidadania

As áreas transversais visam essencialmente promover o desenvolvimento de cidadãos críticos e interventivos numa sociedade democrática. Fazendo parte integrante de todo o ensino básico, permitem e reforçam a evidência educativa de que as aprendizagens significativas têm como pressupostos: a coerência, a sistematicidade, a complexidade e a continuidade.

A Educação Ambiental é uma das vertentes da Educação para a Cidadania, que, numa conceção de ambiente que engloba o ser humano e tudo o que o rodeia, visa educar o equilíbrio deste ecossistema global. Educar para o ambiente é, forçosamente, educar para a responsabilidade, pressupõe uma nova conceção de felicidade, não baseada essencialmente no consumo, é educar para a mudança de atitudes e comportamentos, assumidos como uma forma de estar mais crítica, solidária e equitativa, para com os outros e com a natureza.

Projeto Viver as Tradições Locais

Este projeto, com implementação no 1º ciclo do ensino básico, tem por objetivo central o conhecimento e valorização do património cultural do meio em que está inserido. De uma forma lúdica e pedagógica, pretende conhecer a riqueza patrimonial do concelho e assim valorizar a sua identidade cultural.

Nesse sentido são feitas recolhas informação sobre diversas atividades tradicionais, envolvendo-se também na participação nas diferentes etapas do ciclo do linho, do pão, entre outros.

Importante para este projeto é também a promoção da educação artística e cultural, desenvolvendo o sentido estético e a criatividade, bem como a fomentar a participação dos encarregados de educação nas atividades da escola;

Clube das Tecnologias e Inovação - Robótica

Pretende-se desafiar os alunos na construção de pequenos aparelhos eletrónicos através de microcontroladores. Os alunos são convidados a programar em sistemas operativos *open source*. Neste espaço existem vários equipamentos eletrónicos que possibilitam aos alunos uma aprendizagem pessoal e autodidática, uma vez que em parte precisam de utilizar conceitos científicos das suas aprendizagens escolares.

Música, Teatro e Poesia

Fazer música em grupo é fundamental para o equilíbrio harmonioso dos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor de crianças e adolescentes. Nada melhor do que um grupo instrumental/vocal, como exemplo de uma atividade que pode englobar um grande número de participantes, com o objetivo comum de fazer música no seu verdadeiro sentido. Num grupo com estas características, todos os elementos desempenham papéis de igual importância pois só o todo funciona, tal como em sociedade.

No mesmo sentido, há evidência científica de que o Teatro é uma boa ferramenta para o desenvolvimento social, intelectual e cultural dos alunos, quer dos que o praticam, quer dos que dele beneficiam enquanto espectadores, ultrapassando os limites da sala de aula.

Neste sentido, a dinamização dos clubes de Música, Teatro e Poesia são uma mais-valia, na medida em que tem um importante papel na formação das crianças e jovens ao contribuir para o desenvolvimento do seu autoconceito e autoestima, da sua capacidade de crítica, criatividade, responsabilidade, autonomia, de aprender em interação com os outros, de superação das suas próprias dificuldades e de gestão da sua liberdade, assentando toda a sua dinâmica nos valores da tolerância e cooperação, respeito pelo outro e pela nossa cultura.

Programa de rastreio da Linguagem e Fala na Educação Pré Escolar

O Rastreio de Linguagem e Fala (RALF) tem como objetivo identificar de forma rápida as crianças em idade pré-escolar que têm ou não adquiridas as competências de compreensão auditiva, expressão verbal oral, metalinguagem e fonético-fonológicas tendo em conta a sua faixa etária, permitindo encaminhar aquelas que necessitam de uma avaliação detalhada na área da linguagem e/ou fala e dessa forma atuar-se preventivamente e com eficácia na promoção do sucesso escolar.

Projeto de Ciências Experimentais no AEVT

O Projeto das Ciências Experimentais visa implementar e avaliar as atividades práticas, laboratoriais e experimentais no ensino das ciências desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário. Pretende-se assim, fomentar metodologias ativas, investigativas e experimentais e contribuir para uma gestão do currículo mais eficaz ao nível do ensino das ciências.

Este projeto assume um papel fundamental na promoção da literacia científica, potenciando o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício de uma cidadania interveniente e informada e à inserção numa vida profissional qualificada.

Rastreio de alunos no 1.º ano em risco de Perturbação na leitura através da prova MAZE

O rastreio de alunos no 1.º ano em risco de Perturbação na leitura através da prova MAZE, um rastreio universal, visa identificar alunos com problemas no desenvolvimento de competências para a leitura no final do 1.º ano do ensino básico, para promoção urgente de intervenção adequada, atuando-se, assim, preventivamente e com mais eficácia na promoção do sucesso escolar e bem-estar.

Plano Nacional de Cinema

O Plano Nacional de Cinema (PNC) promove a literacia para o cinema e divulga de obras cinematográficas nacionais junto do público escolar e pretende formar públicos escolares, despertando nos jovens o hábito de ver cinema, bem como valorizá-lo enquanto arte junto das comunidades educativas

Speaker's Corner

O “*Speaker's Corner*” é um espaço onde os alunos dos 7º, 8º e 9º anos podem desenvolver a competência da oralidade, através da comunicação real sobre diversos tópicos relativos aos seus interesses, opiniões e experiências. As atividades são desenvolvidas também a partir da visualização de vídeos e audição de diálogos/textos.

2.6. Organização dos horários dos alunos

Na elaboração dos horários e a distribuição dos tempos letivos semanais devem prevalecer critérios de natureza pedagógica e, sem prejuízo da legislação em vigor sobre a matéria em apreço, deve considerar-se:

2.6.1. Organização dos horários das crianças do Pré-Escolar

O horário das crianças da Educação Pré-Escolar, funciona em regime normal (de manhã e de tarde) e é distribuído ao longo dos 5 dias da semana, tendo diariamente 5 horas letivas e, pelo menos, 2 horas de atividades de animação e apoio à família;

Na componente de apoio à família as atividades serão dinamizadas e orientadas por pessoal afeto à entidade promotora;

O serviço de refeições está incluindo nas atividades de animação e apoio à família, competindo aos seus serviços o acompanhamento das crianças ao longo desse período.

2.6.2. Organização dos horários dos alunos do 1º Ciclo

O horário dos alunos do 1º CEB é distribuído ao longo dos 5 dias da semana, em regime normal;

As disciplinas de Português, Matemática e Estudo do Meio devem ser trabalhadas, preferencialmente, no período da manhã.

As atividades de enriquecimento curricular devem ser trabalhadas, preferencialmente, no último tempo da tarde, podendo, excepcionalmente, ocorrer noutra período do dia, desde que o Conselho Geral dê parecer favorável.

Fora do período de componente letiva as atividades serão dinamizadas por pessoal afeto para o efeito, sob supervisão do professor/a titular de turma.

2.6.3. 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário

O horário dos alunos deve ser distribuído ao longo dos 5 dias da semana de modo equilibrado, prevendo pelo menos 1 tarde livre, de acordo com o número de horas do respetivo plano de estudos. Na distribuição da carga letiva semanal deve evitar-se a existência de furos ou de aulas isoladas;

As tardes livres dos alunos deverão ser organizadas, preferencialmente, por anos de escolaridade ou por ciclos de ensino;

As disciplinas de Língua Estrangeira e de Educação Física não devem ser lecionadas em dias seguidos. Relativamente às restantes disciplinas, quando a carga letiva tiver que ser distribuída por dois ou mais dias, deve evitar-se, dentro do possível, que estes sejam seguidos;

A contagem do tempo letivo será em períodos de 50 minutos, salvo as exceções previstas na lei.

2.7. Distribuição do serviço docente

Os critérios subjacentes à distribuição do serviço docente devem ter em conta a gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis, tanto na adaptação aos fins educativos a que se destinam como na otimização do potencial de formação de cada um dos docentes.

A distribuição do serviço docente concretiza-se com a entrega de um horário semanal a cada docente no início do ano letivo ou no início da sua atividade, sempre que esta não seja coincidente com o início do ano letivo.

A distribuição da componente letiva deve primar por ser equitativa entre os docentes a lecionar no Agrupamento, tendo como princípio orientador a defesa da qualidade de ensino e os legítimos interesses dos alunos.

Sempre que possível, devem, ainda, ser tidos em conta os seguintes aspetos:

- A lecionação de cada disciplina (ou de cada nível) deve ser assegurada por uma equipa de, pelo menos, dois professores;
- A distribuição de serviço de cada docente deverá ser tendencialmente homogénea, isto é, cada docente não deverá ter mais de três níveis;
- Dentro de cada ciclo de ensino, será dada prioridade ao acompanhamento dos alunos pelos mesmos docentes (e pelo mesmo diretor de turma) ao longo dos anos desse ciclo, exceto por razões devidamente justificadas, submetidas por escrito ao órgão de gestão;
- No 2º ciclo, as disciplinas da mesma área curricular devem, preferencialmente, ser atribuídas ao mesmo docente;
- Na educação especial, o acompanhamento dos alunos deve ter em conta o seu Programa Educativo Individual, sendo reajustado sempre que se justifique ao longo do ano letivo;
- O apoio educativo no 1º ciclo deve iniciar nos anos iniciais (1º e 2º anos), tendo em vista a superação atempada das dificuldades diagnosticadas.

Nos períodos de interrupção da atividade letiva a distribuição de serviço concretiza-se através de Ordem de Serviço, Convocatória, Circular ou outro meio expedito de comunicação com os docentes.

2.8. Atividades de enriquecimento do currículo

No AEVT é desenvolvido um plano de complemento e enriquecimento curricular para os alunos de todos os níveis de ensino, garantindo:

Nos 1º, 2º, 3º ciclos e ensino secundário:

- Atividades educativas de substituição, por ausência de professor;
- Coadjuvação em sala de aula;
- Constituição temporária de grupos de homogeneidade relativa;
- Apoio à preparação para a realização de provas e exames finais;
- Estratégias de diferenciação pedagógica em sala de aula;
- Apoio individualizado;
- Tutorias;
- Apoio ao estudo;
- Reforço a disciplinas com avaliação externa no 3º ciclo e ensino secundário;
- Apoio Educativo;
- Reforço da oralidade na língua inglesa (ROLI).

Prevê-se ainda a ocupação das tardes ou manhãs livres dos alunos dos 2º e 3º ciclos, mediante inscrição prévia pelos pais e encarregados de educação, a fim de desenvolver estratégias de acompanhamento de alunos com vista à recuperação e/ou desenvolvimento das aprendizagens.

Prevê-se ainda, no 1º CEB, as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e a Componente de Apoio à Família (CAF) e, no Pré-Escolar, as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF).

2.8.1. Educação Pré-Escolar - Atividades de Animação e de Apoio à Família

As Atividades de Animação e Apoio à Família destinam-se a assegurar o acompanhamento das crianças no período anterior e/ou após o período diário das atividades letivas e durante o período de interrupção dessas atividades.

Este serviço resulta da articulação e cooperação entre o AEVT, a Câmara Municipal de Barcelos, as Associações de Pais, os Centros Sociais e as Juntas de Freguesia. Ao agrupamento cabe a planificação, a supervisão pedagógica, o acompanhamento da execução e a avaliação das atividades, protocolando com a Câmara Municipal para que sejam assegurados os recursos necessários à sua implementação e funcionamento e, ao mesmo tempo, articulando localmente com as entidades promotoras, através dos

mecanismos instituídos, nomeadamente na disponibilização de espaços e das reuniões periódicas de acompanhamento.

2.8.2. 1º Ciclo- Atividades de Enriquecimento Curricular/Componente de Apoio à Família

Em parceria com outras instituições/entidades, o Agrupamento proporciona um conjunto de atividades que se desenvolvem para além do tempo letivo dos alunos e que são de frequência facultativa. Revestem-se de uma natureza lúdica, cultural, desportiva e formativa, sendo a sua dinamização e diversificação fundamentais para a consciencialização coletiva e de formação pessoal e social dos alunos. Constituem um estímulo direto para o estabelecimento de relações positivas entre a escola, a família dos alunos e a comunidade local ao mesmo tempo que concretiza a articulação entre o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais no domínio do apoio às famílias consolidando o conceito de escola a tempo inteiro.

2.8.2.1. Atividades de Enriquecimento Curricular

As atividades de enriquecimento curricular (AEC) revelam um cariz formativo, cultural e lúdico e complementam as atividades da componente curricular. Estas atividades são relevantes para a formação integral dos alunos e articulam com as famílias uma ocupação útil e consequente dos tempos não letivos.

O AEVT poderá constituir-se como entidade promotora das atividades de enriquecimento curricular, ou então protocolar com uma entidade externa de acordo com o definido na Portaria 644-A/2015, de 24 de agosto, proporcionando atividades, entre outras, nos domínios desportivos, dos jogos, das letras, das ciências experimentais, da programação e da robótica, com abordagens de caráter lúdico, orientadas para o desenvolvimento da criatividade e das expressões.

As AEC funcionarão preferencialmente à tarde, no final da atividade letiva, salvaguardando o tempo diário de interrupção letiva.

2.8.2.2. Componente de Apoio à Família

A Componente de Apoio à Família (CAF) visa assegurar o acompanhamento dos alunos antes e ou depois da componente curricular e de enriquecimento curricular, bem como nos períodos de interrupção das atividades letivas.

A supervisão das atividades da CAF é da responsabilidade do Agrupamento que articula e coopera com a Câmara Municipal de Barcelos, as Associações de Pais, os Centros Sociais e as Juntas de Freguesia através dos

mecanismos instituídos, nomeadamente na disponibilização de espaços e das reuniões periódicas de acompanhamento com as entidades promotoras.

3. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

As experiências colhidas com as vigências dos Projetos Educativos anteriores, perspetivam novos rumos a traçar com uma intenção determinada, com opções estratégicas e metas precisas. O caminho a percorrer, conforme também defendido noutros documentos estruturantes deste Agrupamento e na legislação em vigor, necessita estar apoiado numa visão, numa estratégia, num compromisso, que projete a organização e o seu desenvolvimento nos anos futuros.

3.1. Missão

A missão do Agrupamento de Escolas Vale do Tamel (AEVT) é proporcionar aos alunos uma educação diversa e integral num ambiente seguro e acolhedor que promova o desenvolvimento académico, emocional, social, físico e cultural.

Pretende-se que todos os alunos possam atingir o máximo das suas potencialidades, privilegiando a articulação horizontal e vertical dos currículos, como meio de promover a interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e flexibilização curricular, de modo a favorecer a transmissão de conhecimentos, e ao mesmo tempo proporcionar o espírito crítico, a assunção do dever de cidadania, contribuindo para a formação de jovens e adultos cada vez mais capazes de enfrentar uma sociedade em constante mutação.

Perante os outros e a diversidade do mundo, a mudança e a incerteza, importa criar condições de equilíbrio entre o conhecimento, a compreensão, a criatividade e o sentido crítico. Trata-se de formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos. (perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória)

3.2. Princípios e Visão

Os princípios e visão do aluno, pelos quais se pauta a ação educativa, são descritos no perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória (DGE, 2017)

Relativamente aos princípios são: Base Humanista, inclusão, coerência e flexibilidade, adaptabilidade e ousadia, sustentabilidade, saber, aprendizagem e estabilidade.

Concebe-se hoje a educação como uma formação mais abrangente do ser humano capacitando-o em várias dimensões da sua existência visando não só a sua qualificação individual mas também a cidadania democrática, pelo que se pretende que seja um cidadão:

- munido de múltiplas literacias que lhe permitam analisar e questionar criticamente a realidade, avaliar e selecionar a informação, formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas no seu dia a dia;
- livre, autónomo, responsável e consciente de si próprio e do mundo que o rodeia;
- capaz de lidar com a mudança e com a incerteza num mundo em rápida transformação;
- que reconheça a importância e o desafio oferecidos conjuntamente pelas Artes, pelas Humanidades e pela Ciência e a Tecnologia para a sustentabilidade social, cultural, económica e ambiental de Portugal e do mundo;
- capaz de pensar crítica e autonomamente, criativo, com competência de trabalho colaborativo e com capacidade de comunicação;
- apto a continuar a aprendizagem ao longo da vida, como fator decisivo do seu desenvolvimento pessoal e da sua intervenção social;
- que conheça e respeite os princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades em que esta assenta;
- que valorize o respeito pela dignidade humana, pelo exercício da cidadania plena, pela solidariedade para com os outros, pela diversidade cultural e pelo debate democrático;
- que rejeite todas as formas de discriminação e de exclusão social.

3.3. Valores e Áreas de competências

Formação integral do aluno:

- Responsabilidade e integridade
- Cidadania e participação
- Liberdade

A cultura da escola promove a formação em várias dimensões: intelectual, moral, afetiva, social. Os nossos alunos necessitam, particularmente, dum olhar multidimensional por parte da escola: formação intelectual nas áreas do saber científico, a formação cultural, a educação física e formação desportiva, a educação artística e tecnológica, estimulando a consciência cívica, as atitudes de respeito e cooperação, a motivação

para hábitos de saúde e higiene, de sexualidade plena e o desenvolvimento da consciência ecológica e de intervenção no meio ambiente.

As novas exigências da sociedade em constante mutação e a conseqüente crise de valores que atravessa os tempos que correm exigem da escola uma resposta social em termos de direitos humanos, de democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo e na livre escolha. No nosso Agrupamento de Escolas esta resposta é dada mobilizando os atores para a educação escolar em geral e para a resolução de problemas cívicos e comportamentais dos educandos, em particular.

As escolas devem acolher todas as crianças independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, entre outras. Tais condições colocam à escola uma variedade de desafios na promoção do sucesso educativo e na efetiva liberdade e igualdade de oportunidades. Dada a especificidade deste Agrupamento, com duas unidades de ensino estruturado para alunos com espectro de autismo e com alunos oriundos de outros países, há necessidade de um olhar focalizado nestas problemáticas de forma a que todos os alunos tenham aprendizagens socialmente válidas e integradoras na sociedade.

Promoção do sucesso educativo:

- Excelência e exigência
- Curiosidade, reflexão e inovação

Não basta assegurar o acesso dos alunos à educação. É necessário promover completamente o sucesso nos diferentes níveis de ensino, com referência a padrões de qualidade. Exige-se, portanto, uma atitude autocrítica da prática docente num exercício de introspeção que corrija práticas e busque novos sentidos para a ação educativa, enquanto melhoria da qualidade do ensino e de desenvolvimento profissional, valorizando o empenho e o trabalho do aluno, na obtenção de sucesso.

As competências são combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes que pressupõem o desenvolvimento de literacias múltiplas, tais como a leitura e a escrita, a numeracia e a utilização das tecnologias de informação e comunicação, que são alicerces para aprender e continuar a aprender ao longo da vida. As áreas de competência não são específicas de áreas disciplinares, dado que, em cada área curricular estão necessariamente envolvidas múltiplas competências, teóricas e práticas.

3.4. Objetivos estratégicos

3.4.1. Melhorar os Resultados

Ao longo dos diversos níveis de educação e ensino em presença no Agrupamento, evidencia-se um investimento sistemático e determinado na educação para os valores que congregam o respeito mútuo, o cumprimento de regras, a promoção do sentido da responsabilidade, do profissionalismo e da exigência, da cidadania ativa e solidária e da preservação do ambiente e da saúde. Estas dimensões são trabalhadas transversalmente na sala de aula e nos diversos clubes, projetos e atividades desenvolvidos, onde as crianças e os alunos participam, cultivando comportamentos e estilos de vida saudáveis e participativos”¹. No desenvolvimento duma estratégia de melhoria sustentada dos resultados, serão desenvolvidos planos de ação para promover a melhoria dos indicadores relativos ao sucesso académico, não descurando os resultados sociais e o reconhecimento pela comunidade.

3.4.2. Melhorar a Prestação de Serviço Educativo

A ação do Agrupamento tem produzido impacto positivo na melhoria das aprendizagens dos alunos e na prestação de serviço à comunidade”². No desenvolvimento deste objetivo desenvolver-se-ão ações, com enfoque na prática de ensino, no planeamento e articulação, nas relações com a comunidade e na monitorização do processo ensino e aprendizagem, com vista à melhoria da qualidade global do serviço prestado.

3.4.3. Desenvolvimento de estratégias eficazes de Gestão e Liderança

O Agrupamento de Escolas Vale do Tamel deve ser uma instituição que proporcione aos seus alunos a possibilidade de desenvolver uma formação ética, para os valores, e a possibilidade de adquirir aprendizagens significativas, pertinentes e contextualizadas que lhes permitam adaptar-se socialmente às diferentes situações da vida futura, que assentará, certamente, em cânones bem diferentes dos de hoje. Todos desejamos uma escola que seja capaz de orientar a sua ação educadora com base em princípios de qualidade, eficiência e equidade, onde seja possível que os jovens recebam um serviço educativo relevante, sem nenhuma discriminação e com um profundo respeito pela sua diversidade.

¹ Avaliação externa das escolas – Relatório/2012

² *Idem*

4. OBJETIVOS E METAS

4.1. Domínio: Resultados

4.1.1. Resultados académicos

OBJETIVO	META	INDICADOR DE AVALIAÇÃO
0.1 - Melhorar as taxas de transição/ aprovação em cada ano de escolaridade.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento das taxas de transição/ aprovação, por ano de escolaridade, no ensino básico 3% ao ano, se inferior a 90% ▪ Aumento das taxas de transição/ aprovação, por ano de escolaridade, no ensino secundário em 3% ao ano se inferior a 80% 	N.º de alunos que transitam/ aprovados / N.º total de alunos da escola
0.2 - Melhorar os resultados escolares nas diferentes disciplinas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar as médias das disciplinas do ensino básico em 1% ao ano, na avaliação interna, para as disciplinas com média inferior a 3,4. ▪ Melhorar as médias das disciplinas do ensino secundário em 1% ao ano, na avaliação interna, para as disciplinas com média inferior a 13 valores. 	Classificação média dos níveis/ valores atribuídos por disciplina e por ano de escolaridade
0.3 - Melhorar os indicadores da qualidade do sucesso	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar em 1% ao ano a percentagem de alunos com “Sucesso Perfeito” ▪ Melhorar a média dos níveis obtidos no final do ano em 1% ao ano, se inferior a 3,4 ▪ Melhorar a média dos valores obtidos no final do ano em 1% ao ano, se inferior a 13,4 	Número de alunos que transitam sem negativa/número total de alunos Classificação média dos níveis/ valores, por aluno
0.4 - Melhorar os resultados das provas finais e exames nacionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Obter nas provas finais e exames nacionais, entre os alunos internos, médias em linha com as médias nacionais 	Média das classificações obtidas por aluno

4.1.2. Resultados sociais

OBJETIVO	META	INDICADOR DE AVALIAÇÃO
0.5 - Reforçar medidas e estratégias comuns de atuação.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter em valores inferiores a 2% a percentagem de participações disciplinares. 	Nº de participações disciplinares/N
0.6 - Fortalecer a articulação entre as várias estruturas no apoio à modificação de comportamentos e prevenção do abandono escolar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover 3 reuniões anuais entre CDT, SPO, Serviço Tutoria, Ensino Especial, o DE e Equipa Multidisciplinar, com vista ao desenvolvimento de estratégias que promovam, o ambiente de trabalho em sala de aula, a segurança, a exigência e reforcem a disciplina, de acordo com o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução dos processos disciplinares em 1%; ▪ 80% dos alunos sinalizados beneficiam do apoio para o qual foram propostos; ▪ Contribuir para 0% de abandono escolar 	Nº alunos que beneficia do serviço/N sinalizados N.º de alunos em abandono escolar/N
0.7 - Melhorar a intervenção dos pais e encarregados de educação e dos alunos no sucesso escolar e educativo e na vida da escola.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover reuniões anuais e momentos de participação nas decisões, com vista ao envolvimento da comunidade educativa no funcionamento da escola, de acordo com o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 75% dos pais e encarregados de educação participa nas sessões e reuniões para as quais sejam convidados; ▪ 60% dos alunos participa na tomada de decisão sempre que solicitada. 	N.º de EE presentes / N.º de EE do Agrupamento Nº Alunos que participam/Nº Alunos questionados

N- N.º total de alunos do Agrupamento

4.1.3. Reconhecimento da comunidade

OBJETIVO	META	INDICADOR DE AVALIAÇÃO
0.8 - Dinamizar projetos com impacto social e académico entre a escola e a comunidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização da cerimónia de entrega de Diplomas do Quadro de Valor e Excelência e dos Diplomas de Conclusão do Ensino Secundário. ▪ Dinamizar as jornadas pedagógicas com a participação da comunidade. 	N.º de participantes/N.º de destinatários da atividade
0.9 - Proporcionar oportunidades para os alunos participarem em iniciativas culturais e desportivas e ambientais, tendo em vista promover atitudes ativas de participação e cidadania.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 60% dos alunos participa em projetos dinamizados pelos Departamentos Curriculares, Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos, Gabinete de Apoio ao Aluno, Desporto Escolar e outros projetos da escola 	N.º de alunos que participam nos projetos /N
0.10 - Consolidar os mecanismos de comunicação como elemento de interação social, fazendo uso das tecnologias de informação para fortalecer e fomentar a identidade do Agrupamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidar os mecanismos de comunicação com a comunidade: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Web página ▪ Jornal “Escola Ativa” ▪ Plataforma Office 365 ▪ Web Rádio ▪ Redes sociais ▪ Participação em concursos e eventos ▪ Divulgação mensal das atividades em desenvolvimento 	N.º de edições do Jornal “Escola Ativa” Publicação de notícias e eventos na página web do AEVT

N- N.º total de alunos da Escola; NP - N.º total de pais e encarregados de educação

4.2. Domínio: Prestação do Serviço Educativo

4.2.1. Planeamento e articulação

OBJETIVO	META	INDICADOR DE AVALIAÇÃO
0.11 - Promover metodologias de ensino mais ativas e inovadoras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar, anualmente, pelo menos 15 horas de formação sobre novas metodologias de ensino. 	Número de horas de formação realizada
0.12 - Envolvimento do pessoal não docente na dinâmica educativa através da sensibilização para os processos de atuação em meio escolar.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar, anualmente, pelo menos 15 horas de formação para o pessoal não docente. ▪ Realização de reuniões de planeamento e orientação. 	Número de reuniões realizadas

4.2.2. Práticas de ensino e de aprendizagem

OBJETIVO	META	INDICADOR DE AVALIAÇÃO
O.13 - Criação de uma estratégia integrada de melhoria da qualidade do serviço prestado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar o grau de satisfação da comunidade educativa em relação ao serviço prestado, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Exigência ▪ Segurança ▪ Conforto ▪ Ensino ▪ Aprendizagem 	Grau de satisfação obtido por inquérito
O.14 - Aprofundar o processo de articulação curricular nas diferentes estruturas educativas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização, no início de cada ano letivo e trimestralmente, de reuniões de articulação vertical, entre os diferentes níveis de ensino do Agrupamento ▪ Elaboração de um plano de articulação, envolvendo todos os níveis, de forma a sistematizar todas as ações realizadas 	Nº de reuniões realizadas
O.15 - Consolidação dos mecanismos de acompanhamento e supervisão da prática letiva	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar em 1% o nº de aulas em que o docente titular obteve a colaboração ou supervisão de outro docente, nos seguintes termos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento, de 3 aulas por ano letivo, pelo Coordenador de Departamento Curricular ou em quem este delegar ▪ Promoção de práticas de partilha e discussão de estratégias e resultados, no início, ao longo, e no final dos anos escolares 	Nº aulas observadas Nº de aulas lecionadas em conjunto Nº momentos registados

4.2.3. Monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens

OBJETIVO	META	INDICADOR DE AVALIAÇÃO
O.16 - Sistematizar processos de monitorização interna integrados no programa de autoavaliação do AEVT	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de mecanismos de monitorização interna de acordo com o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação trimestral dos resultados da avaliação interna dos alunos; ▪ Divulgação anual dos resultados da avaliação externa dos alunos; ▪ Apresentação de 3 relatórios anuais relativamente aos resultados escolares dos alunos; ▪ Apresentação de 3 relatórios anuais de execução do plano ano anual de atividades; ▪ Apresentação anual do relatório de conta e gerência. 	Indicador calculado de acordo com o ponto 5.1.1

4.3. Domínio: Liderança e Gestão

4.3.1. Liderança

OBJETIVO	META	INDICADOR DE AVALIAÇÃO
O.17 - Dirigir e influenciar positivamente os colaboradores, mobilizando-os para os objetivos do Agrupamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgar todos os documentos estruturantes do AEVT à comunidade educativa; ▪ Realizar momentos de partilha e reflexão sobre a missão e objetivos do Projeto Educativo, Plano Anual de Atividades. 	Nº de participantes /N Nº ações realizadas
O.18 - Reconhecer e valorizar o potencial individual dos colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Obter melhorias, em 1% ao ano, nas classificações obtidas no âmbito da avaliação do desempenho 	Classificações médias no SIADAP Classificações médias na avaliação do desempenho do pessoal docente

<p>O.19 - Criar condições para que o AEVT garanta níveis de qualidade, eficiência e eficácia educativas que o tornem numa escola de referência, no processo de organização e na prossecução do interesse público da educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidar os níveis de satisfação da comunidade educativa 	<p>Grau de satisfação</p>
---	--	---------------------------

4.3.2. Gestão

OBJETIVO	META	INDICADOR DE AVALIAÇÃO
<p>O.20 - Gerir de forma eficaz e eficientes os recursos humanos do AEVT</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar manuais de procedimentos que garantam melhor prestação de serviços, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manuais para pessoal não docente; ▪ Manual de controlo interno; ▪ Manual dos serviços administrativos; ▪ Manual do Diretor de Turma; ▪ Manual do Conselho de turma 	<p>Nº de manuais elaborados</p>
<p>O.21 - Identificar, gerir, avaliar e aperfeiçoar a Gestão de processos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a simplificação administrativa do trabalho dos docentes com recurso às novas tecnologias 	<p>Nº de desmaterialização de processos</p>
<p>O.22 - Criar condições para a melhoria da qualidade dos espaços de convívio e de prática desportiva dos alunos na escola sede do AEVT</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar em 5% o orçamento disponível para a melhoria dos espaços e equipamentos 	<p>Percentagem do orçamento privativo</p>

4.3.3. Autoavaliação e melhoria

OBJETIVO	META	INDICADOR DE AVALIAÇÃO
<p>O.23 - Institucionalizar a equipa de autoavaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer pelo menos 3 momentos de reflexão e autoavaliação por cada ano letivo; ▪ Alargamento, valorização e consolidação da equipa autoavaliação. 	<p>Nº de momentos de autoavaliação</p>
<p>O.24 - Promover a formação da equipa de autoavaliação incluindo um “Amigo Crítico” no processo de autoavaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover pelo menos 15H/ano de formação no âmbito da autoavaliação; ▪ Incluir/manter um “amigo crítico” no processo de autoavaliação 	<p>Nº de horas de formação</p>

5. PROTOCOLOS E PARCERIAS

O AEVT aposta numa ligação forte à comunidade procurando estabelecer protocolos e parcerias com empresas e instituições locais, visando, essencialmente, contribuir para a melhoria da prestação do serviço público, numa perspetiva de resposta e satisfação do serviço educativo a alunos, famílias e comunidade em geral.

Ao longo dos últimos anos a rede de protocolos e parcerias tem-se aprimorado no sentido de garantir a maior rentabilidade possível, de acordo com as necessidades estratégicas definidas, por um lado, e por outro destacando a identidade do Agrupamento como uma marca de referência num cenário que se pretende progressivamente mais alargado.

Neste sentido, o AEVT propõe-se, ao longo da vigência do Projeto Educativo, aprofundar e ampliar a rede de protocolos e parcerias, tendo em vista o seu desenvolvimento e concretização, dinamizando práticas institucionais fundamentais à modernização e responsabilização social da entidade, contribuindo, assim, para a execução do contrato de autonomia celebrado com a tutela.

Têm vindo a colaborar com o AEVT, na sua missão educativa, através de atividades, projetos, formações e estágios, autarquias, associações e empresas.

Estas colaborações situam-se nas áreas funcional (recursos financeiros e logística), em formações, programas e projetos, em estágios e planos individuais de transição e no acompanhamento especializado de alunos.

6. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Sendo o Projeto Educativo um documento dinâmico e orientador da vida escolar há necessidade de se realizar avaliações intermédias, com uma periodicidade semestral ou anual, aferindo da adequação das propostas e respetiva realização, tendo em conta os objetivos e as metas bem como a regulação das medidas implementadas.

No final do período de vigência será efetuada uma avaliação que ajuíze o nível de mudança obtido, tendo como referente este projeto educativo e o confronto com o estado inicial.

Compete à equipa de autoavaliação monitorizar todo este processo de avaliação, recolher dados a partir de instrumentos construídos para o efeito, analisá-los e enviar a informação ao Conselho Pedagógico.

Na avaliação do Projeto Educativo deve-se privilegiar os seguintes critérios:

- Adequação dos objetivos para a resolução dos problemas;
- Pertinência das atividades propostas;
- Rentabilização dos recursos humanos e materiais;
- Grau de envolvimento dos diferentes atores;
- Resultados escolares;
- Prestação de serviço Educativo;
- Gestão e Liderança.

Na sua concretização, anualmente, será aprovado o plano anual de atividades de acordo com as propostas e respetivas planificações apresentadas pelos departamentos curriculares. Este documento apresenta uma estrutura dividida em cinco partes:

PARTE 1 - Introdução

- Introdução e respetivo enquadramento no projeto educativo.

PARTE 2 - Oferta Formativa

- Apresentação das matrizes curriculares e oferta formativa;

PARTE 3 - Operacionalização do PE

- Definição de metas e resultados previstos no projeto educativo para o ano letivo em causa;
- Definição de estratégias de desenvolvimento curricular;
- Definição de estratégias de prevenção do abandono escolar;
- Estratégias de promoção do sucesso educativo;
- Participação e responsabilização dos alunos na vida da escola e da comunidade educativa;
- Atividades de enriquecimento / complemento curricular;
- Componente apoio à família (CAF-1ºCiclo/AAAF-PE)
- Relações com a comunidade envolvente;
- Coordenação e organização dos docentes;
- Plano de formação;
- Qualidade dos serviços prestados;
- Segurança;
- Simplificação e eficiências administrativa.

PARTE 4 - Planificação das atividades

- A quarta parte é constituída pela planificação das atividades propostas pelas diferentes estruturas de orientação educativa. Estas atividades são lançadas na plataforma eletrónica do Agrupamento por cada coordenador de departamento e/ou por quem eles designarem, pelos coordenadores, representantes dos projetos e pelos serviços de psicologia e orientação.
- Mensalmente é elaborado um mapa resumo para ser divulgado à comunidade educativa;
- Os relatórios de atividade devem ser submetidos na plataforma, tendo apenas formato digital;

PARTE 5 - Planos curriculares e Planificações didáticas

- A quinta parte é constituída pelas planificações didáticas de cada disciplina;
- Estas planificações são lançadas na plataforma eletrónica do Agrupamento por cada coordenador de departamento curricular.

7. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O presente Projeto Educativo constitui-se como *“o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa”* e, relevando a sua importância para cumprimento da sua missão educativa, será divulgado das seguintes formas:

- Divulgação do documento na página de internet do Agrupamento;
- Disponibilização do Projeto Educativo a todos os atores via correio eletrónico institucional;
- Manutenção do documento sempre disponível na plataforma de apoio à atividade educativa;
- Disponibilização de exemplares impressos nas várias unidades educativas do Agrupamento;
- Apresentação do Projeto Educativo, aos pais e encarregados de educação no ano de acolhimento do nosso projeto;
- Apresentação pelos diretores de turma e professores titulares e educadores de turma aos alunos no início do ano letivo

No plano anual e plurianual de atividades, serão concretizados os princípios, valores e metas enunciados neste projeto elencando as atividades e as prioridades a concretizar nos anos de vigência do presente documento.

8. BIBLIOGRAFIA

BARROSO, João (1996). “O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída”. Porto Editora.

CANÁRIO, Rui (1992). Inovação e Projecto Educativo de Escola. Lisboa: Educa.

Azevedo, R. (Coord.) (2011). Projetos educativos. Elaboração, monitorização e avaliação. Guião de apoio. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação.

COIMBRA, Bruno Alexandre Miranda (2013). Políticas Públicas de prevenção e combate ao abandono escolar – Estudo de uma medida educativa para jovens pouco escolarizados em Portugal. CAPP – ISCSP.

Cuche, D. (2003). A Noção de cultura nas ciências sociais. Lisboa: Fim do Século.

CMB (2011) - ESTRATÉGIA MUNICIPAL BARCELOS 2020.

DGE (2016). Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário.

DGEEC, 2000-2012; GAVE/JNE, 2013 - Análise preliminar dos resultados/ Provas finais de ciclo/ Exames finais nacionais 2013.

Relatório Geral sobre a atividade da união europeia 2011.

Regime de Autonomia e Gestão das Escolas, Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de abril, na sua redação atual (republicado pelo decreto-lei 137/2012).

Organização e Gestão Curricular no Ensino Básico e Secundário, Decreto-Lei 139/2012 de 5 de Julho com a alteração produzida pelo Decreto-Lei 91/2013 de 10 de julho.

Ordem dos Psicólogos Portugueses (2018). A Intervenção das/os Psicólogas/os no Contexto Educativo. Lisboa